

Conferência Microrregional de Desenvolvimento Sustentável do Vale do Ribeira



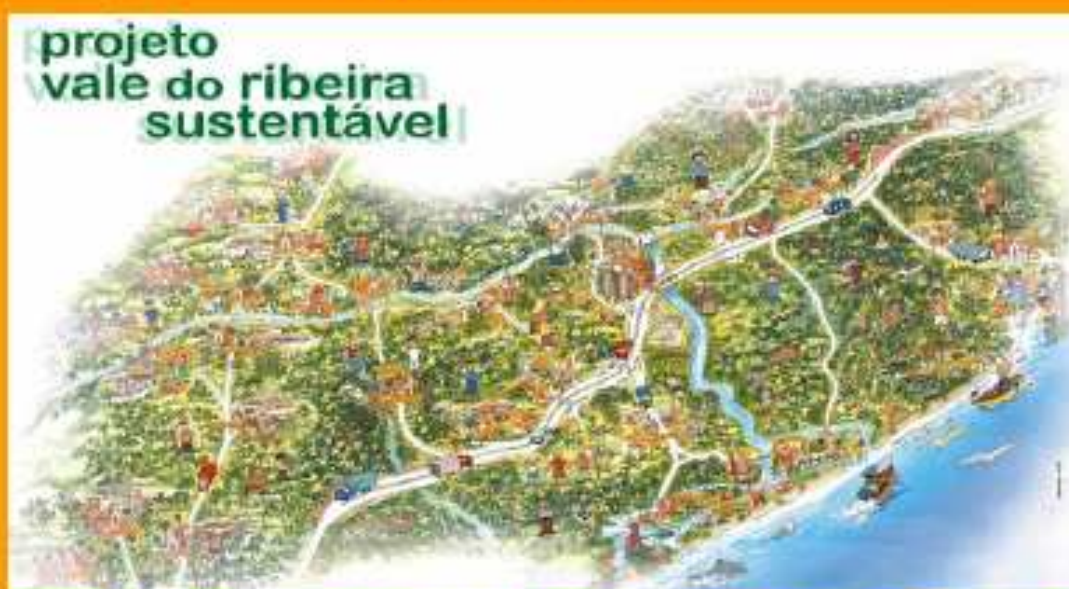
CONFERÊNCIA MICRORREGIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VALE DO RIBEIRA

Envolvendo os municípios de: Iguape, Ilha Comprida, Cananéia, Pariqueira-Açu, Iporanga, Eldorado, Registro, Sete Barras, Jacupiranga, Cajati, Barra Turvo.

Local: Anfiteatro do KKKK - Registro

Data: 27 de julho

Horas: 9h às 18h



Itaperuçu, Bocaiúva do Sul, Rio Branco do Sul, Adrianópolis, Tunas do Paraná, Cerro Azul, Doutor Ulisses, Iguape, Ilha Comprida, Cananéia, Pariqueira-Açu, Itapirapuã Paulista, Itaóca, Ribeira, Apiaí, Ribeirão Branco, Barra do Chapéu, Iporanga, Eldorado, Registro, Sete Barras, Jacupiranga, Cajati, Barra do Turvo, Pedro de Toledo, Itariri, Peruibe, São Lourenço da Serra, Jujutiba, Jujuiá, Miracatu e Tapiraí.

EXECUÇÃO:

idesc

Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Cidadania do Vale do Ribeira

APOIO:



Meio Ambiente
Ministério do Meio Ambiente



Desenvolvimento Social
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Secretaria de Desenvolvimento Territorial



Ministério do Desenvolvimento Agrário

Microrregião de Iguape, Ilha Comprida, Cananéia, Pariqueira-Açu, Iporanga, Eldorado, Registro, Sete Barras, Jacupiranga, Cajati e Barra Turvo

27 de julho de 2006

Relatório Descritivo

Sumário

1- A articulação e organização	03
2- A realização da Conferência.....	04
3- Deliberações	07
4- Eleição dos delegados.....	35
5. Comissão Organizadora e Equipe Técnica	37
ANEXOS:	
a) Regulamento (anexo 1)	39
b) Relação de Delegados (anexo 2)	45
c) comunicação e articulação	
Modelo de convite.....	47

1. A articulação e organização

A Conferência Microrregional do território do Vale do Ribeira que envolveu os municípios de Iguape, Ilha Comprida, Cananéia, Pariquera-Açu, Iporanga, Eldorado, Registro, Sete Barras, Jacupiranga, Cajati e Barra Turvo - localizados em duas microrregiões definidas no *Projeto Vale do Ribeira Sustentável* (microrregião II e microrregião IV) - foi realizada no dia 27 de julho de 2006, precedida de um amplo processo de articulação, mobilização e debate.

A mobilização microrregional foi coordenada por uma Comissão Organizadora



Microrregional composta por membros de entidades parceiras do Projeto na microrregião através dos representantes dos seguintes órgãos e instituições: Associação Vidas Verdes Monitores Ambientais AVV; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cajati - STR; Associação dos Produtores Orgânicos

do Vale do Ribeira – AOVALE; Prefeitura Municipal de Ilha Comprida; Câmara Municipal de Registro; Fundação Florestal; IBAMA.

Esta comissão se relacionou diretamente com a Comissão Organizadora da Conferência Regional tendo assento na mesma através de alguns de seus membros. Teve o apoio da equipe técnica do IDESC - *Projeto Vale do Ribeira Sustentável* que, além de apoiar as atividades da comissão também realizou diversas ações de articulação e mobilização, sempre a partir das deliberações deste colegiado microrregional.

Durante os meses de junho e julho, reuniões setoriais e contatos com lideranças comunitárias, religiosas, lideranças indígenas, agricultores familiares, moradores de comunidades tradicionais, clubes de serviço, lideranças políticas (executivo e legislativo) e, com dirigentes de órgãos públicos estaduais com sede na microrregião foram realizados pela equipe do IDESC e pela coordenadora da Conferência.

A FUNASA foi importante colaboradora na articulação com as comunidades indígenas, viabilizou inclusive a participação da equipe do IDESC em

reunião com as lideranças Guaranis da região, realizada na aldeia do Rio Branquinho, em Cananéia.

Também é importante destacar o apoio da Cúria Diocesana de Registro que possibilitou a divulgação do Projeto em várias atividades desenvolvidas pela Igreja neste período.

Convites foram enviados para todos os Prefeitos Municipais e Câmaras de Vereadores; para todos os órgãos públicos estaduais com instância de direção nesta região; todas as instituições de ensino (ensino médio e universitário); para todas as entidades parceiras e membros do CONSAD e, para várias outras entidades da sociedade civil com sede ou atuação nesta região.

Este amplo movimento de mobilização dos atores regionais para discussão de um plano regional sustentável levou a realização da Conferência Microrregional com ampla e qualificada participação. Participaram 329 delegados representando todos os municípios da microrregião, através de organizações da sociedade civil, representantes do poder público municipal, executivo e legislativo, de representantes do poder público estadual e federal, além da participação de duas deputadas federais de São Paulo. Estiveram presentes, também, cerca de 20 convidados.

2. A realização da Conferência

A Conferência das Microrregiões II e IV foi realizada no anfiteatro do KKKK, em Registro, como início às 09:00 horas, seguindo a seguinte programação:

09:00 h – Sessão de Abertura

09:30 h – Plenária de Instalação da Conferência e Aprovação do Regulamento.

10:00 h – Mesa Redonda: Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Vale do Ribeira e a Conferência.

10:30 h - Grupos Temáticos

16:00 h - Plenária de aprovação das propostas dos grupos Temáticos

17:30 h - Eleição dos delegados para Conferência Regional do Território e encaminhamentos

No início dos trabalhos, foi apresentada a música do compositor e cantor regional, Antonio Lara Mendes, integrante do grupo Batucajé, que foi composta como hino da Agenda 21 do Vale do Ribeira.



A abertura contou com a participação de lideranças do movimento social, sindical, organizações não governamentais, prefeitos, vereadores, representantes do governo estadual, da Comissão Organizadora Microrregional e do coordenador do Projeto Vale do Ribeira Sustentável.



Na seqüência dos trabalhos, conduzidos pela coordenadora da Conferência e membros da Comissão Organizadora, foi lido o Regulamento e esclarecidos pontos tais como: os objetivos e metodologia dos trabalhos, a condução dos Grupos Temáticos na apreciação do documento base e o processo de pactuação nos grupos e na plenária final. A organização ressaltou que as propostas de consenso (100% dos votos) apenas serão lidas na Plenária Final sendo votadas na Plenária aquelas com pelo menos 30% dos votos dos delegados dos Grupos e, que não será admitida apresentação de novos destaques e/ou propostas.

Após a aprovação do Regulamento foi apresentada uma síntese do processo de elaboração do Plano: as Oficinas de Nivelamento Conceitual, as oficinas de Elaboração de Projetos, as reuniões de pactuação no CONSAD, as parcerias estabelecidas, bem



como o processo de mobilização para Conferência.

Os participantes já, no ato da inscrição fizeram opção pelo Grupo Temático de interesse. Desta forma, os trabalhos de apreciação do texto base foram realizados a partir dos seguintes grupos temáticos e número de participantes:

GRUPO TEMÁTICO	TEMA	N de participantes
GRUPO TEMÁTICO 1:	Inclusão social, segurança alimentar, geração de emprego e renda.	33
GRUPO TEMÁTICO 2 (a)	Regularização fundiária e reforma agrária; macrozoneamento socioambiental; infra-estrutura e serviços; saneamento ambiental.	34
GRUPO TEMÁTICO 2 (b)	Rodovias e estradas; comunicação e informação.	22
GRUPO TEMÁTICO 3 (a):	Políticas públicas; educação; cultura.	27
GRUPO TEMÁTICO 3 (b):	Saúde, assistência e lazer; segurança pública;	23
GRUPO TEMÁTICO 4 (a)	Agricultura familiar	34
GRUPO TEMÁTICO 4 (b)	Pesca e aqüicultura; turismo; mineração.	35
GRUPO TEMÁTICO 5:	Conselhos municipais e regionais; comunidades tradicionais; orçamento público.	33
GRUPO TEMÁTICO 6	Desenvolvimento socioeconômico e meio ambiente	37

Observa-se pela inscrição nos Grupos Temáticos que seis temas tiveram maior interesse por parte dos participantes, com maior destaque para o tema de



meio ambiente (trinta e sete inscritos). Por outro lado, os temas: rodovias e estradas, comunicação e informação, políticas sociais (educação, cultura, saúde, assistência social) e segurança pública

tiveram menor interesse, se observado o número de inscritos.

Os grupos temáticos foram apoiados por um moderador indicado pela Comissão Organizadora, um coordenador e um relator, escolhidos pelo Grupo Temático e, um digitador.

Os jovens do Programa Agente Jovem de Registro colaboraram no apoio de informática aos Grupos.

Em todos os Grupos algumas questões foram mais mobilizadoras considerando a característica da microrregião.



Desta forma, nesta microrregião as questões que levaram a um maior debate foram, por exemplo, a situação dos moradores de Unidades de Conservação; a proposta de construção de Usina Hidrelétrica no Rio Ribeira de Iguape; o fechamento das escolas rurais; a falta de controle social no CONSAUDE; os desafios da urbanização: moradia, emprego urbano e as questões relacionadas à pesca e aos pescadores artesanais.



Propostas novas foram apresentadas em todos os temas. Após as discussões, os grupos definiram seus relatórios e, por meio magnético, foram entregues à comissão de sistematização.



Por volta de 16 horas foi instalada a Plenária Final, momento em que foram lidas as propostas de consenso nos grupos e, votadas as propostas de conflito.

3. Deliberação:

A Conferência das Microrregiões II e IV produziu o seguinte relatório para ser encaminhado a Conferência Regional para subsidiar a elaboração do Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Vale do Ribeira:



Conceito - Qual o desenvolvimento que queremos para o Vale do Ribeira?

Texto original	DELIBERAÇÃO DA CONFERÊNCIA MICRORREGIONAL II e IV Registro
<p>O desenvolvimento territorial sustentável do Vale do Ribeira deve promover integralmente a qualidade de vida de toda a população local, aumentar a auto-estima e a esperança da geração atual e garantir os direitos socioambientais das gerações futuras. Deve atender às necessidades básicas de terra, trabalho e renda, com investimentos em infra-estrutura e nas políticas de inclusão social e de combate a pobreza, respeitando o meio ambiente e todas as formas de vida, garantindo a conservação e o uso dos recursos naturais de uma forma equilibrada e consciente. Deve ser com base nos processos democráticos e participativos, no reconhecimento e no respeito mútuo à nossa diversidade social, cultural, religiosa, econômica e política.</p>	<p>O desenvolvimento territorial sustentável do Vale do Ribeira deve promover integralmente a qualidade de vida de toda a população local, aumentar a auto-estima e a esperança da geração atual e garantir os direitos socioambientais das gerações futuras. Deve atender às necessidades básicas de serviços de educação integral de qualidade, saúde, segurança alimentar, regularização fundiária de terra, geração de trabalho e renda, com investimentos em infra-estrutura e nas políticas de inclusão social e de combate a pobreza, respeitando o meio ambiente e todas as formas de vida, garantindo a conservação e o uso dos recursos naturais de uma forma equilibrada e consciente. Deve ser com base nos processos democráticos e participativos, no reconhecimento e no respeito mútuo à nossa diversidade social, cultural, religiosa, econômica e política e de gênero.</p>



OS NOSSOS PRINCIPIOS E DIRETRIZES

TEXTO ORIGINAL	DELIBERAÇÃO DA CONFERÊNCIA MICRORREGIONAL II e IV Registro
1. Na atualidade o processo hegemônico de desenvolvimento no Vale do Ribeira é caracterizado de um lado como concentrador de riquezas e depredador dos recursos naturais, e de outro como promotor com exclusão social.	Na atualidade o processo hegemônico de desenvolvimento no Vale do Ribeira é caracterizado pela concentração de riquezas e depredador dos recursos naturais, como gerador da exclusão social.
2. Os principais entraves ao desenvolvimento regional são: a falta de infra-estrutura, a falta de regularização fundiária das terras, as leis ambientais restritivas, a tecnologia e pesquisa inadequada, e a insuficiência de investimentos em políticas sociais inclusivas.	Os principais entraves ao desenvolvimento regional são: a falta de infra-estrutura, as leis ambientais restritivas sem políticas compensatórias e não incentivadoras do desenvolvimento sustentável, a falta de regularização fundiária das terras, as leis ambientais restritivas, a falta da implantação de políticas de educação ambiental orientativa, tecnologia e pesquisa insuficientes e a falta de investimentos em políticas socioeconômicas inclusivas.
3. O diagnóstico regional impõe uma ação imediata e integrada para combater a pobreza e gerar emprego e renda, visando reverter positivamente a realidade sócio-econômica do Vale do Ribeira.	O diagnóstico regional impõe uma ação imediata e integrada do poder público, no âmbito municipal, estadual e federal, com a sociedade civil para combater a pobreza e gerar emprego e renda, visando reverter positivamente a realidade sócio-econômica do Vale do Ribeira.
4. O desenvolvimento deve ser entendido como um instrumento de inclusão social para remoção das privações e a promoção integral do ser humano que proporcione oportunidades de emprego e que enfrente a violência, os preconceitos e todo e qualquer tipo de discriminação.	O desenvolvimento deve ser entendido como um instrumento de inclusão social para remoção das privações e a promoção integral do ser humano que proporcione oportunidades de emprego, trabalho e renda e que enfrente a violência, os preconceitos e todo e qualquer tipo de discriminação.
5. Adotar a concepção de desenvolvimento que articule as forças sociais e econômicas, a sociedade civil e o poder público e que potencialize o capital social e natural para a promoção social e econômica tendo como centro a promoção humana em todas as suas dimensões.	Adotar a concepção de desenvolvimento sustentável que articule as forças sociais e econômicas, a sociedade civil e o poder público e que potencialize o capital social e natural para a promoção social e econômica tendo como centro a promoção humana em todas as suas dimensões. Reprovado em um grupo na Conferência Microrregional de Registro
6. De modo concreto, promover a qualidade	De modo concreto, promover a qualidade de vida,

<p>de vida, garantir a geração de oportunidades de emprego e renda, apoiar e fortalecer a agricultura familiar, promover a conservação e o uso da biodiversidade e, principalmente, buscar a solução de problemas estruturais de infra-estrutura e a titulação de terras.</p>	<p>garantir a geração de oportunidades de emprego, trabalho e renda, apoiar e fortalecer a agricultura familiar, a pesca, extrativismo, apicultura, turismo, promover a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e, principalmente, buscar a solução de problemas estruturais de infra-estrutura e a titulação de terras.</p>
<p>7. O poder público deve desempenhar sua função republicana tanto na oferta de bens e serviços essenciais e universais, como no planejamento integrado. Isto se traduz na adoção de políticas públicas adequadas, na realização de investimentos em infra-estrutura e na solução dos problemas estruturais, principalmente a regularização fundiária, com a adoção de instrumentos adequados de financiamento e fomento das atividades sociais e econômicas de modo democrático e transparente, com participação e controle social.</p>	<p>O poder público deve desempenhar sua função republicana tanto na oferta de bens e serviços essenciais e universais, como no planejamento integrado. Isto se traduz na implantação de políticas públicas com qualidade, equidade e efetividade, na realização de investimentos em infra-estrutura e na solução dos problemas estruturais, principalmente a regularização fundiária, com a adoção de instrumentos adequados de financiamento e fomento das atividades sociais e econômicas de modo democrático e transparente, com participação e controle social.</p>
<p>8. O Projeto Vale do Ribeira Sustentável, para sua viabilização, estabeleceu como estratégias de implantação: a ação contínua de articulação, pactuação e fortalecimento das parcerias institucionais; a garantia da participação de todos os setores e segmentos sociais; a negociação dos consensos e conflitos das propostas. O estabelecimento de metas em curto (2007), médio (2015) e longo (2025) prazo.</p>	<p>O Projeto Vale do Ribeira Sustentável, para sua viabilização, estabeleceu como estratégias de implantação: a ação contínua de articulação, pactuação e fortalecimento das parcerias institucionais; a garantia da participação de todos os setores e segmentos sociais; a negociação dos consensos e conflitos das propostas. O estabelecimento de metas em curto (2007), médio (2010) e longo (2016) prazo.</p>
<p>9. O nosso plano reconhece e adere aos princípios globais e nacionais da Agenda XXI, ao conceito de desenvolvimento territorial e às metas do milênio propostos pela ONU.</p>	<p>O nosso plano reconhece e adere aos princípios globais e nacionais da Agenda XXI, ao conceito de desenvolvimento territorial e às metas do milênio propostos pela ONU, entre elas, e principalmente, o da autodeterminação dos povos e a paz mundial.</p>
<p>10. O nosso plano reconhece como foro privilegiado para a articulação, negociação e pactuação dos programas e projetos o CONSAD VR e o Fórum de Desenvolvimento Territorial do Paraná e ao mesmo tempo envidará esforços para a ampliação e a</p>	<p>O nosso plano reconhece como foro privilegiado para a articulação, negociação e pactuação dos programas e projetos o CONSAD VR e o Fórum de Desenvolvimento Territorial do Paraná e ao mesmo tempo envidará esforços para a ampliação e a adesão dos demais fóruns participativos existentes</p>

adesão dos demais fóruns participativos existentes na região.	na região.
11. Buscar e pactuar compromisso da sociedade civil e governança, em assumir o protagonismo na implantação das diretrizes e programas para alcançar as metas propostas.	Buscar e pactuar compromisso da sociedade civil e poder público, em assumir o protagonismo na implantação das diretrizes e programas para alcançar as metas propostas.
12. Deve buscar o auto-reconhecimento do território do Vale do Ribeira pelos diferentes segmentos sociais, através do fortalecimento e da integração dos laços culturais, ambientais, sociais, econômicos e políticos.	Deve promover o auto-reconhecimento do território do Vale do Ribeira pelos diferentes segmentos sociais, através do fortalecimento e da integração dos laços culturais, ambientais, sociais, econômicos e políticos.
13. O nosso desafio social e político é promover o desenvolvimento sustentável do Vale do Ribeira, considerando os seguintes aspectos: ambientalmente adequado e conservacionista; economicamente viável e distributivo; socialmente justo e inclusivo; culturalmente diversificado; politicamente democrático e participativo.	O nosso desafio social, econômico e político é promover o desenvolvimento sustentável do Vale do Ribeira, considerando os seguintes aspectos: ambientalmente adequado; economicamente viável e distributivo; socialmente justo e inclusivo; culturalmente diversificado; politicamente democrático e participativo.
14. Apontar alternativas concretas para o desenvolvimento sócio-econômico, capazes de garantir a melhoria da qualidade de vida e a inclusão social a partir das características físicas e ambientais da região, apontando para a perspectiva de construção de uma sociedade sustentável.	Apontar alternativas concretas para o desenvolvimento sócio-econômico, capazes de garantir a melhoria da qualidade de vida e a inclusão social a partir das características físicas, ambientais e culturais da região, apontando para a perspectiva de construção de uma sociedade sustentável.
15. Garantir a qualidade de vida, políticas públicas com qualidade, equidade e efetividade, visando à criação das condições necessárias para romper o quadro de estagnação econômica e a realidade social no Vale do Ribeira	Garantir a qualidade de vida, através de políticas públicas adequadas à realidade da região com qualidade, equidade e efetividade, visando à criação das condições necessárias para romper o quadro de estagnação econômica e a realidade social no Vale do Ribeira
16. Gerar riquezas com inclusão social, através da dinamização econômica e em longo prazo os investimentos em atividades econômicas, dentro da realidade regional e dos limites ambientais.	Gerar riquezas com inclusão social, através da dinamização econômica fomento ao associativismo e cooperativismo e a curto, médio e em longo prazo os investimentos para investir em atividades econômicas, dentro da realidade regional e dos limites ambientais.
17. A construção de indicadores socioambientais para o acompanhamento do desenvolvimento territorial sustentável	A construção de indicadores socioambientais para o acompanhamento do desenvolvimento territorial, monitoramento e avaliação sustentável

AS NOSSAS METAS

Texto original	DELIBERAÇÃO DA CONFERÊNCIA MICRORREGIONAL II e IV Registro
1. Garantir oportunidades de emprego e renda para a redução da pobreza e a erradicação da fome.	1. Garantir oportunidades de trabalho , emprego e renda para a redução da pobreza, a diminuição da desigualdade social e a erradicação da fome.
2. Garantir o ensino infantil e básico para todos; investir na formação profissional e técnica e erradicar o analfabetismo.	2. Promover programas de alfabetização · garantir o ensino infantil e básico fundamental e médio de qualidade para todos; investir na formação profissional e técnica e ampliação do nível superior público reivindicando cotas para os moradores do Vale e erradicar o analfabetismo.
3. Reduzir a mortalidade infantil, melhorar a saúde materna e o combate as doenças e o saneamento básico para todos.	3. Implementar o sistema de saúde preventiva integrada para reduzir a mortalidade infantil, melhorar a saúde materna, da população , o combate as doenças e o saneamento básico para todos.
4. Completar o processo de regularização fundiária em toda a área do território, principalmente para os posseiros, quilombolas, indígenas, caiçaras e comunidades tradicionais.	4. Completar o processo de regularização fundiária em toda a área do território, rural e urbano , principalmente para os posseiros, quilombolas, indígenas, caiçaras e comunidades tradicionais.
5. Meio ambiente: garantir a preservação e a conservação dos remanescentes da mata atlântica, dos recursos hídricos e marinhos da fauna e da flora do território do Vale do Ribeira, recuperar os passivos ambientais existentes, estimulando as práticas produtivas sustentáveis e não poluentes.	APROVADO
NOVA META	NOVA META Buscar a solução definitiva e socialmente justa para os moradores das unidades de conservação
NOVA META	NOVA META Acesso a infra-estrutura básica (energia elétrica, transportes, estradas, comunicação) a toda população do Vale do Ribeira.



Inclusão social

TEXTO ORIGINAL	DELIBERAÇÃO DA CONFERÊNCIA MICRORREGIONAL II e IV Registro
1. Incentivar a implantação e viabilização de cooperativas de crédito e microcrédito, a fim de facilitar o acesso ao crédito subsidiado, pelas populações excluídas;	Incentivar a implantação e viabilização de cooperativas de crédito e microcrédito, diminuindo a burocracia , a fim de facilitar o acesso ao crédito subsidiado, pelas populações excluídas;
2. Criar, regulamentar e implantar programa de renda mínima por serviços ambientais para a agricultura familiar e comunidades tradicionais, vinculado às atividades de preservação ambiental, de modo a compensar as perdas de oportunidades de trabalho decorrentes das restrições de determinadas atividades econômicas realizadas por populações que vivem em Parques e Reservas ou que venham a ser assentadas em seus entornos.	Criar, regulamentar e implantar programa de renda mínima e educação , por serviços ambientais para a agricultura familiar e comunidades tradicionais, vinculado às atividades de preservação ambiental, de modo a compensar as perdas de oportunidades de trabalho, decorrentes das restrições de determinadas atividades econômicas realizadas por populações que vivem em Parques e Reservas ou que venham a ser assentadas em seus entornos.
3. Oportunizar cursos de profissionalização nas modalidades: corte, costura, tricô, crochê, bordado, pintura, marcenaria, carpintaria, artesanato, informática e outros, incentivando também a participação dos jovens;	Dar oportunidades de cursos de profissionalização nas modalidades: corte, costura, tricô, crochê, bordado, pintura, marcenaria, carpintaria, artesanato, informática, pré-vestibulares gratuitos e outros, incentivando também a participação dos jovens e dando ênfase ao resgate da cultura regional, da auto-estima e da cidadania.
4. Habitação: criação de programas alternativos de moradia (mutirão, loteamentos populares), priorizando os moradores de áreas sujeita às enchentes.	Habitação: criação de programas alternativos de moradia (mutirão, loteamentos populares), priorizando os moradores de áreas de riscos e sujeita às enchentes.

Segurança Alimentar

TEXTO ORIGINAL	DELIBERAÇÃO DA CONFERÊNCIA MICRORREGIONAL II e IV Registro
1. Implantar programa de fomento à produção básica para o autoconsumo e segurança alimentar, envolvendo os diversos níveis de governança a fim de proporcionar as condições mínimas para aumentar a produção de alimentos básicos através de projetos de distribuição de sementes, mudas, matrizes; apoiar com equipamentos e máquinas para o preparo de solo, disponibilizar a assistência técnica para a produção de arroz, feijão, milho, mandioca, hortaliças e pequenos animais.	Implantar programa de fomento à produção básica para o autoconsumo e segurança alimentar, envolvendo os diversos níveis de governança a fim de proporcionar as condições mínimas para aumentar a produção de alimentos básicos através de projetos de incentivo, financiamento e distribuição de sementes, mudas, matrizes; apoiar com equipamentos e máquinas para o preparo de solo, disponibilizar a assistência técnica para a produção de arroz, feijão, milho, mandioca, hortaliças e pequenos animais.
2. Implantar e dinamizar o programa de Compra Direta da Agricultura Familiar, em todos os municípios do Vale do Ribeira, em parceria entre o governo federal, estadual e municipal com recursos financeiros e apoio técnico.	Aprovada
3. Priorizar a implantação de projetos de segurança alimentar e nutricional para famílias carentes em todo o território do Vale do Ribeira.	Priorizar a implantação de projetos de segurança alimentar e nutricional, incluindo programas educacionais , para famílias carentes em todo o território do Vale do Ribeira.

Geração de Trabalho, Emprego e Renda.

TEXTO ORIGINAL	DELIBERAÇÃO DA CONFERÊNCIA MICRORREGIONAL II e IV Registro
1. Implantar programa emergencial com investimentos financeiros em geração de emprego, trabalho e renda para manter a população na região e reverter o processo de emigração, tanto na área rural e na área urbana, através da criação de frentes de trabalho, com prioridades para a juventude e para os maiores de 45 anos, com atividades de capacitação e reciclagem profissional.	Implantar programa emergencial com investimentos financeiros em geração de emprego, trabalho e renda para manter a população na região e reverter o processo de emigração, tanto na área rural e na área urbana, através da criação de frentes de trabalho, com prioridades para a juventude e para os maiores de 45 anos, com atividades de formação, capacitação e aperfeiçoamento profissional.
2. Implantar Incubadora de Empreendimentos Sociais e Pequenos Negócios. Fornecer o local e a infra-estrutura básica visando à criação de negócios, estimulando a formação e capacitação profissional, estimulando o empreendedorismo, o cooperativismo e o associativismo. Promover a capacitação da mão-de-obra local, a fim da mesma absorver as oportunidades de emprego disponíveis na região.	Aprovada
3. Criar programas ou projetos de incentivo à agroindústria, ampliando as oportunidades, através de eventos de sensibilização, capacitação e aperfeiçoamento.	Criar programas ou projetos de incentivo à agroindústria, com responsabilidade social e ambiental , ampliando as oportunidades, através de eventos de sensibilização, capacitação e aperfeiçoamento.
4. Priorizar a implantação de projetos de economia solidária, através da ação articulada com os diferentes níveis de governo e sociedade civil.	Aprovada



COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

Texto original	DELIBERAÇÃO DA CONFERÊNCIA MICRORREGIONAL II e IV Registro
1. Realizar investimentos para ampliar os serviços de comunicação no território (telefonia, correios, rádios comunitários e internet).	APROVADA 100%
2. Facilitar e agilizar os processos de implantação de emissoras de Rádio Comunitárias.	APROVADA 100%
3. Implantar telefonia rural, aumentar a oferta de telefones públicos comunitários nos bairros e comunidades rurais, nos municípios do Vale do Ribeira.	APROVADA 100%
4. Implantar torres de repetição para telefonia celular nos municípios do Vale do Ribeira.	Implantar torres de repetição para telefonia celular nos municípios do Vale do Ribeira obedecendo a legislação.
5. Implantar serviços de correio nas comunidades rurais, através da contratação de carteiros ou posto de serviço, administrado (com remuneração) por um representante da comunidade local, após capacitação pela Agência do Correio.	APROVADA 100%
6. Implantar torres de repetição dos canais de televisão do Paraná (Curitiba), possibilitando informações e notícias do Paraná, para população que reside nos municípios do Vale do Ribeira Paraná.	Implantar torres de repetição dos canais de televisão do Paraná (Curitiba), possibilitando informações e notícias do Paraná, para população que reside nos municípios do Vale do Ribeira Paraná e São Paulo.
7. NOVA PROPOSTA	Criação de uma rede de colaboradores remunerada nas comunidades rurais para distribuir e recolher informações sobre o território no que se refere a desenvolvimento sustentável, saúde, etc.

O MACROZONEAMENTO SOCIOAMBIENTAL

TEXTO ORIGINAL	DELIBERAÇÃO DA CONFERÊNCIA MICRORREGIONAL II e IV Registro
1. Concluir o projeto do macrozoneamento socioambiental do Vale do Ribeira. Os estudos e levantamentos já estão concluídos, e a lei ainda não foi regulamentada, por falta de iniciativa política do Governo Estadual.	APROVADA 100%
2. Garantir o planejamento integrado entre os diferentes sistemas de informação, planejamento e diagnóstico do Vale do Ribeira, principalmente entre o macrozoneamento socioambiental e o plano de aproveitamento de recursos hídricos.	APROVADA 100%
3. NOVA PROPOSTA	Garantir a ampla divulgação para todos os municípios do Projeto de macrozoneamento e do plano de aproveitamento de recursos hídricos do Comitê de Bacias.

Regularização Fundiária e Reforma Agrária

TEXTO ORIGINAL	DELIBERAÇÃO DA CONFERÊNCIA MICRORREGIONAL II e IV Registro
1. Efetivar o programa de regularização fundiária, com prioridade para o meio rural, as comunidades tradicionais, os moradores nas Unidades de Conservação e agricultores familiares. O Governo Federal e Estadual devem garantir os recursos necessários (financeiros e técnicos) para que, no máximo em 05 anos seja concluído este processo.	Efetivar o programa de regularização fundiária, com prioridade para o meio rural, as comunidades tradicionais, os moradores nas Unidades de Conservação e agricultores familiares. O Governo Federal e Estadual devem garantir os recursos necessários (financeiros e técnicos) para que, no máximo em 02 anos seja concluído este processo.
2. Construção de agenda prioritária com o INCRA e Secretarias do Meio Ambiente de SP e PR para estabelecer estratégias de regularização fundiária no Vale do Ribeira, principalmente das áreas rurais.	Construção de agenda prioritária com o INCRA, ITESP e Secretarias do Meio Ambiente de SP e PR para estabelecer estratégias de regularização fundiária no Vale do Ribeira, principalmente das áreas rurais.
3. Garantir a aplicação imediata da Lei Estadual Paulista No. 10.850/2001 que garante o direito à titulação de terras das Comunidades Quilombolas.	APROVADA 100%
4. As áreas prioritárias para regularização devem ser definidas por critérios de existência de conflitos ou interesse social, ao invés da regularização por perímetro.	APROVADA 100%
5. Designar grupo de trabalho específico junto à Procuradoria Geral do Estado para agilizar os processos de regularização fundiária.	APROVADA 100%
6. Agilizar os projetos de Reforma Agrária, com prioridade para os processos de ocupação já consolidados, com prioridade para as seguintes áreas: Ribeirão Branco das Palmeiras, Ribeirão do Mota e Caiacanga em Registro. (importante complementar a lista de prioridade)	Agilizar os projetos de Reforma Agrária, com prioridade e reordenamento fundiário para os processos de ocupação já consolidados, com prioridade para as seguintes áreas: Unidades de Conservação e Comunidades com propriedades informais.

MINERAÇÃO

TEXTO ORIGINAL	DELIBERAÇÃO DA CONFERÊNCIA MICRORREGIONAL II e IV Registro
1. Incentivar a exploração mineral, dentro de padrões que preservem o meio ambiente e não gere passivos ambientais, respeitando a legislação trabalhista e de segurança no trabalho.	Adequar a exploração mineral, dentro de padrões que preservem o meio ambiente e não gere passivos ambientais, respeitando a legislação trabalhista e de segurança no trabalho;
2. Incentivar a implantação de indústrias de transformação associadas à exploração dos recursos minerais.	Suprimir
3. Fiscalização, vigilância dos órgãos competentes	Promover a fiscalização efetiva sobre a exploração dos recursos minerais no Vale do Ribeira.

SANEAMENTO AMBIENTAL

TEXTO ORIGINAL	DELIBERAÇÃO DA CONFERÊNCIA MICRORREGIONAL II e IV Registro
NOVA PROPOSTA	
1. Implantar programa integrado de combate às inundações e enchentes: com planejamento urbano, conservação de solos, recuperação da mata ciliar, zoneamento agrícola e monitoramento dos rios.	APROVADA 100%
2. Preservação do Rio Ribeira. Não ao projeto de Construção da Barragem do Tijuco Alto. O atual projeto de barragem existente não controla as enchentes.	Preservação do Rio Ribeira, excluindo o projeto de Construção da Barragem do Tijuco Alto. O atual projeto de barragem existente não controla as enchentes.
3. Construção da Barragem do Tijuco Alto para geração de energia e controle de enchente.	REPROVADA 100%
4. Aumentar o volume de recursos e investimentos públicos em saneamento básico (água, esgoto e lixo).	APROVADA 100%
5. Garantir investimentos para a criação de sistema de captação e abastecimento de água potável nas áreas rurais.	APROVADA 100%
6. Garantir os investimentos e priorizar a implantação de programa de construção de aterros sanitários, estações de tratamento de água e estações de tratamento de efluentes.	Garantir os investimentos e priorizar a implantação de programa de construção de aterros sanitários, implantação de incineradores de resíduos hospitalares , estações de tratamento de água e estações de tratamento de efluentes.
7. Implantação de sistema de captação e canalização de esgotos nas áreas rurais.	Implantação de sistema de captação e canalização de esgotos nas áreas rurais e tratamento.
8. Melhorar o sistema de coleta de lixo nas áreas urbanas e rurais, incentivar a implantação de sistema de coleta seletiva de lixo doméstico nos municípios da região.	Melhorar o sistema de coleta de lixo nas áreas urbanas e rurais, incentivar a implantação de sistema de coleta seletiva de lixo doméstico nos municípios da região, reutilização e reciclagem.
9. Estabelecer linha especial de financiamento, a fundo perdido, para a implantação de aterros sanitários em todos os municípios, com prioridade para projetos estruturados de forma consorciada.	APROVADA 100%
10. Implantação de sistema de fiscalização eficiente para coibir o lançamento de efluentes industriais sem tratamento nos corpos d'água.	APROVADA 100%
11. NOVA PROPOSTA	Recuperação das áreas degradadas ocasionadas pelas empresas de mineração e extrativistas com uma maior fiscalização e compromisso com a comunidade de trazer compensações à mesma.

CULTURA

TEXTO ORIGINAL	DELIBERAÇÃO DA CONFERÊNCIA MICRORREGIONAL II e IV Registro
1. Garantir espaços culturais para comercialização do artesanato regional, eventos e exposições artísticas e musicais.	Garantir espaços culturais para comercialização de produtos sociais e realização de eventos e exposições artísticas e musicais.
2. Investir em programas de resgate das diversas expressões culturais de raízes regionais. Valorizar e fortalecer a cultura local, principalmente quilombos, caiçaras, índios, imigrantes (europeus e japoneses).	Fomentar programas de valorização das diversas expressões culturais de raízes regionais, fortalecendo a cultura local, principalmente quilombos, caiçaras, índios, imigrantes (europeus e japoneses).
3. Investir em projetos de incentivo e ao artesanato regional.	Investir em projetos de incentivo e ao artesanato regional e outras iniciativas relacionadas a comércio justo e economia solidária.
4. Desenvolver e fortalecer programas relacionados ao turismo cultural e religioso.	Desenvolver e fortalecer programas relacionados ao turismo cultural, religioso e histórico.
5. Inclusão nas escolas da disciplina de história e cultura dos povos formadores do Vale do Ribeira.	Inclusão nas escolas de conteúdos que abordem a história e cultura do Vale do Ribeira.

EDUCAÇÃO

TEXTO ORIGINAL	DELIBERAÇÃO DA CONFERÊNCIA MICRORREGIONAL II e IV Registro
1. Rever o modelo atual de progressão continuada e mudar o sistema de aprovação automática.	Propor mudanças no atual modelo de progressão continuada pelo fim do sistema de aprovação automática.
2. Revisar o processo de reforma da educação ampliando e efetivando a municipalização do ensino.	
3. Implantar com urgência programa de combate ao analfabetismo adulto e funcional.	APROVADA
4. A reabertura imediata das escolas rurais com grade curricular específica e realizar investimentos e na formação técnica do professor e demais cargos da estrutura de ensino.	A reabertura imediata das escolas rurais com proposta pedagógica específica e realizar investimentos na formação técnica do professor e demais cargos da estrutura de ensino.
5. Ampliação de recursos para a merenda escolar, beneficiando também os alunos do ensino médio e supletivo. Integrar o programa de merenda escolar com o programa de compra direta da agricultura familiar.	APROVADA
6. Ampliação dos cursos oferecidos pela UNESP do Vale do Ribeira, com ênfase na pesquisa e na extensão à comunidade.	APROVADA
7. Ampliar o número de salas de aula, inclusive com a abertura no período noturno das unidades escolares.	APROVADA
8. Criação da Universidade Pública Federal no Vale do Ribeira.	APROVADA
9. Estudar a ampliação da oferta de cursos superiores, principalmente nas áreas de saúde, oceanografia, engenharia florestal.	Estudar a ampliação da oferta de cursos superiores, principalmente nas áreas de saúde, meio ambiente, turismo e educação.

10. Criação de políticas públicas que garantam a permanência dos formandos nos seus locais de origem ou pelo menos na região.	APROVADA
11. Criação de políticas públicas que potencializem o capital humano com programas de Educação informal, através de ONGs, associações, cooperativas, sindicatos, etc.) visando capacitar a sociedade para seus planos e projetos.	APROVADA
12. Investir na qualificação de profissionais, capacitação pedagógica dos professores de forma a resgatar sua autoridade em sala de aula.	Investir na qualificação de profissionais, capacitação pedagógica dos professores.
13. Fomentar a profissionalização. Implantar escolas técnicas profissionalizantes e cursos de qualificação profissional compatíveis com a realidade regional.	APROVADA
14. Fortalecer os telecentros em andamento.	APROVADA
15. Garantir especial atenção para as escolas localizadas nas comunidades tradicionais em especial a Escola Caiçara da Juréia e a Escola Quilombola no Bairro de André Lopes, com implantação do sistema de Tele Sala e a adequação de currículo a realidade local.	Garantir especial atenção para as escolas localizadas em todas as comunidades tradicionais como exemplo a Escola Caiçara da Juréia, a Escola Quilombola no Bairro de André Lopes, com implantação do sistema de Tele Sala e a adequação de currículo a realidade local.
16. Revisar o processo de reforma da educação, principalmente a municipalização.	Revisar e propor mudanças no processo de reforma da educação, principalmente a municipalização.
17. Nova proposta	Implantar as disciplinas específicas voltadas sobre desenvolvimento social na área escolar. SE É GRADE CURRICULAR OU PROGRAMA NÃO FOI CONSENSUADO.
18. Nova proposta	Garantir a implantação da Lei 10639/03 nas escolas públicas.
19. Nova proposta	Implantação de bibliotecas públicas municipais.

ASSISTÊNCIA E LAZER

TEXTO ORIGINAL	DELIBERAÇÃO DA CONFERÊNCIA MICRORREGIONAL II e IV Registro
1. Garantir o acesso universal a assistência social, de acordo com a Lei Orgânica de Assistência Social e as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.	APROVADA 100%
2. Ampliar o acesso de crianças e adolescentes aos projetos de inclusão social com alocação de recursos próprios do orçamento municipal.	Garantir o acesso de crianças e adolescentes, das áreas urbana e rural , aos projetos de inclusão social, inclusive com alocação de recursos próprios do orçamento municipal e participação efetiva do conselho municipal da criança e do adolescente.
3. Implantação do CRAS – Centro de Referência em Assistência Social, em todos os municípios do Vale do Ribeira.	APROVADA 100%
4. Criação de políticas públicas para a inclusão de idosos na vida social (trabalho/ esporte/ lazer/ voluntariado).	APROVADA 100%
5. Melhorar e investir na criação de espaços de lazer e cultura para a juventude. Criação de políticas públicas para inclusão do jovem na vida	Garantir a criação de centros comunitários nas comunidades urbanas e rurais melhorando e investindo na criação de espaço de lazer,

social (educação/ esporte/ lazer/ trabalho/ política/ movimentos sociais).	esportes e cultura, com programas específicos como: práticas esportivas, danças, teatro, músicas etc., garantindo as políticas públicas da inclusão social dos jovens, idosos e mulheres.
6. Criar centros de recreação, lazer e cultura através de programas específicos, práticas esportivas, danças, teatros, coral, bandas de músicas, fanfarra, etc.	APROVADA 100%
7. Instalação de postos de atendimento da previdência social, nos municípios sede das microrregiões do território, facilitando o acesso aos beneficiários. Garantir o atendimento de qualidade e humanizado.	APROVADA 100%
8. Criar centros comunitários para as comunidades urbanas e rurais.	Excluído incorporado nos itens 5 e 6.
9. Ampliar as oportunidades e o acesso para obtenção de documentos pessoais, tais como: carteira de identidade, CPF, carteira de trabalho, certidão de nascimento e outros.	APROVADA 100%
10. Garantir as condições necessárias para a atuação dos Conselhos Tutelares.	APROVADA 100%

POLÍTICAS PÚBLICAS

TEXTO ORIGINAL	DELIBERAÇÃO DA CONFERÊNCIA MICRORREGIONAL II e IV Registro
1. Ampliar o quadro do funcionalismo público, garantir o aumento salarial que está extremamente defasado e garantir programas de qualificação e capacitação dos profissionais.	APROVADO
2. Unificar as estruturas administrativas existentes, composto pelos 25 municípios do território do Vale do Ribeira, São Paulo.	APROVADO
3. Garantir a infra-estrutura e os meios necessários para a prestação dos serviços públicos de qualidade.	APROVADO
4. Garantir os mecanismos de controle social das políticas públicas	APROVADO
5. Dinamizar trocas de experiência para ampliação de projetos existentes de caráter microrregional: bacia leiteira, inclusão digital, consórcios na área da saúde, parcerias intermunicipais (setores).	APROVADO
6. NOVA PROPOSTA	Implementação de políticas públicas de recuperação da mata ciliar.



SAÚDE

TEXTO ORIGINAL	DELIBERAÇÃO DA CONFERÊNCIA MICRORREGIONAL II e IV Registro
1. Melhorar a qualidade da atenção básica, através do Programa Saúde da Família, com a revisão do número de famílias atendidas por equipe com atuação na área rural; garantia de medicamentos e de retaguarda laboratorial e educação permanente para os profissionais.	Melhorar a qualidade da atenção básica, através das Unidades Básicas de Saúde e Programa Saúde da Família, com a revisão do número de famílias atendidas por equipe com atuação na área rural; garantia de medicamentos e de retaguarda laboratorial e educação permanente para os profissionais.
2. Ampliar a oferta dos serviços de saúde na área da atenção básica através da ampliação do repasse aos municípios de recursos de custeio dos governos estadual do Paraná e São Paulo.	APROVADA 100%
3. Dar condições para o funcionamento adequado dos postos de saúde rurais, no que se refere à infra-estrutura básica (ambulâncias e equipamentos) e medicamentos.	APROVADA 100%
4. Ampliar a assistência à saúde bucal à população da região.	APROVADA 100%
5. Promover campanhas de orientações, sobre o perigo de contaminação por agrotóxicos.	APROVADA 100%
6. Criar programas emergenciais e campanhas de orientações sobre o controle, prevenção e erradicação de doenças existentes no Vale do Ribeira (chagas, leishmaniose, hanseníase, cisticercose e outras) que possibilite a erradicação das mesmas.	Criar programas emergenciais e campanhas de orientações sobre prevenção e o controle de doenças existentes no Vale do Ribeira (chagas, leishmaniose, hanseníase, cisticercose e outras).
7. Implantar programa de planejamento familiar, atendimento à gestante e de prevenção da gravidez na adolescência.	APROVADA 100%
8. Propiciar a educação permanente dos profissionais que atuam nas Equipes de Saúde da Família para a atuação em saúde coletiva e saúde da família e de apoio técnico permanente das Secretarias de Estado da Saúde dos estados.	APROVADA 100%
9. Ampliar o atendimento especializado de média e alta complexidade, na área laboratorial, ambulatorial e hospitalar na região do Vale do Ribeira São Paulo e Paraná.	APROVADA 100%
10. Humanizar o atendimento e facilitar o acesso da população aos serviços e ações de saúde.	APROVADA 100%
11. Qualificar a assistência hospitalar na região, com ampliação dos níveis de complexidade e de resolubilidade dos serviços existentes, com investimentos em equipes de saúde, equipamentos e organização dos serviços com garantia de referência e contra-referência com a rede básica.	APROVADA 100%
12. Qualificar e ampliar o serviço de inspeção e vigilância sanitária municipal com a contratação de médico veterinários e agentes comunitários.	APROVADA 100%
13. Ampliar os programas de prevenção ao uso de drogas que relacione os aspectos educacionais e de saúde e implantar unidades de tratamento e recuperação de dependentes de drogas.	APROVADA 100%
14. Aumentar os tipos de medicamentos fornecidos pela FURP (Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo) aos municípios do Vale do	APROVADA 100%

Ribeira - São Paulo.	
15. Implantar a regionalização da saúde com definição de papéis de cada sistema municipal e dos órgãos regionais na assistência à saúde, bem como ampliar o número de vagas para atendimento de média e alta complexidade oferecidos fora da região.	APROVADA 100%
16. Revisão dos recursos repassados pelos governos estaduais para a ampliação das equipes mínimas de Saúde da Família com a contratação de Auxiliares ou Técnicos de Enfermagem que residam nas comunidades rurais, com prioridade para àquelas que contam com Postos de Atendimento Rural.	APROVADA 100%
17. Incentivar o uso de métodos alternativos e fitoterapia na rede pública de saúde para as comunidades rurais e urbanas, com qualificação dos profissionais.	APROVADA 100%
18. Disponibilizar saneamento básico nas comunidades, através de programas específicos e com a participação das comunidades.	APROVADA 100%
19. Disponibilizar recursos para a melhoria de habitações rurais e urbanas, com ênfase para famílias de baixa renda, através de programas específicos.	APROVADA 100%
20. Fortalecer os conselhos municipais de saúde.	APROVADA 100%
21. Garantir recursos estaduais para custeio da saúde para os municípios, com transferência regular e automática de recursos que não dependa de gestões políticas ou de convênios pontuais.	APROVADA 100%
22. Fortalecer as equipes técnicas das Direções Regionais de Saúde para o cumprimento do papel constitucional da esfera estadual do SUS que é o de apoiar e cooperar tecnicamente as equipes de atenção e gestão da esfera municipal.	APROVADA 100%
23. Implantação imediata de CONSELHO GESTOR no CONSAÚDE – Consórcio de Saúde do Vale do Ribeira, São Paulo, para garantia do controle social.	APROVADA 100%
24. Criar o consórcio intermunicipal de saúde no Vale do Ribeira Paraná, a fim de racionalizar os recursos financeiros e humanos, favorecendo uma maior área de atendimento e com potencialidade para implantar uma unidade regional de saúde, que possa atender aos casos mais graves, nas diversas especialidades médicas (obstetrícia, pediatria, traumatologia, ginecologia, oftalmologia, neurologia e outras).	APROVADA 100%



SEGURANÇA PÚBLICA

TEXTO ORIGINAL	DELIBERAÇÃO DA CONFERÊNCIA MICRORREGIONAL II e IV Registro
1. Destinar recursos para intensificação de educação permanente para policiais civis e militares, na área de relações interpessoais, estatuto da criança e do adolescente, no combate as drogas.	APROVADA 100%
2. Incluir no Currículo Escolar, a disciplina Educação no Trânsito e propiciar condições estruturais e humanas para que os objetivos sejam atingidos.	APROVADA 100%
3. Aumentar o efetivo policial e melhorar a estrutura. Repor e /ou criar vagas no Setor de Segurança com profissionais previamente qualificados.	APROVADA 100%
4. Combater o crime organizado de roubo de cargas na BR 116.	APROVADA 100%
5. Construção de dois Centros de Ressocialização, com capacidade de 250 presos cada um, para o atendimento da população carcerária local.	Não discutido
6. Construção de unidades de Ressocialização para adolescentes em situação de conflito com a lei.	Não discutido
7. Implantar os projetos de polícia comunitária.	APROVADA 100%
8. Criar e/ou implementar policiamento voltado para a área rural, com policiais que se identifiquem e residam na comunidade.	APROVADA 100%
9. Modernização e informatização das unidades (delegacias, cadeias públicas, instituto de criminalística e instituto médico legal).	APROVADA 100%
10. Priorizar as ações preventivas e educacionais em relação ao meio ambiente.	A polícia ambiental deve priorizar as ações preventivas e educacionais em relação ao meio ambiente, garantindo o respeito e o tratamento adequado com os agricultores.



A economia do Vale do Ribeira baseia-se na agricultura familiar que deve ser apoiada e fomentada com ações integradas

TEXTO ORIGINAL	DELIBERAÇÃO DA CONFERÊNCIA MICRORREGIONAL II e IV Registro
1. Apoiar com incentivos governamentais à agricultura familiar com investimentos em infra-estrutura, facilitação do acesso ao crédito, desenvolvimento de pesquisas, assistência técnica, extensão rural e comercialização.	Rever e adequar as políticas governamentais com investimentos em infra-estrutura, facilitação do acesso ao crédito, desenvolvimento de pesquisas, assistência técnica, extensão rural e comercialização compatíveis a agricultura familiar respeitando as especificidades locais.
2. Investir na implantação de centros de comercialização regional e micro-regional, com apoio para a capacitação e gestão e ao fortalecimento institucional das organizações locais sindicatos, associações e cooperativas.	Aprovada 100%
3. Criar um programa e um órgão estadual específico de apoio à agricultura familiar, com a adequação das casas de agricultura e reestruturação dos órgãos técnicos.	Criar a secretaria estadual da agricultura familiar com adequação das casas de agricultura e reestruturação dos órgãos técnicos.
4. Fortalecer o programa governamental permitindo que os serviços de assistência técnica possam ser realizados pelas organizações locais em convênio com o Estado, a exemplo do que acontece com as Prefeituras Municipais.	Fortalecer o programa governamental para que os serviços de assistência técnica e extensão rural possam ser realizados também pelas organizações locais em convênio com o Estado, a exemplo do que acontece com as Prefeituras Municipais.
5. Facilitar e adequar a legislação para a instalação de agroindústria artesanal, principalmente em relação ao licenciamento sanitário.	Facilitar e adequar a legislação para a instalação de agroindústria artesanal, principalmente em relação ao licenciamento sanitário, criando um selo para a agricultura familiar.
6. Ampliar a implantação do programa de microbacias hidrográficas e agilizar o repasse dos recursos destinados ao fortalecimento das organizações locais.	Ampliar a implantação do programa de microbacias hidrográficas e agilizar o repasse dos recursos destinados ao fortalecimento das organizações locais, sindicatos, associações e cooperativas.
7. Investir recursos humanos, financeiros e de infra-estrutura nas bases de pesquisa regionais; tais como o Instituto Agrônomo de Campinas, Instituto de Zootecnia, Instituto de Pesca e Instituto Biológico.	Investir recursos humanos, financeiros e de infra-estrutura nas bases de pesquisa regionais voltadas a agricultura familiar, e que estas pesquisas sejam voltadas para validação do conhecimento empírico dos agricultores familiares e estudo dos impactos sócio-econômico-ambientais, tais como o Instituto Agrônomo de Campinas, Instituto de Zootecnia, Instituto de Pesca e Instituto Biológico, ITAL e Instituto de Economia Agrícola.
8. Implantar programa de segurança alimentar as famílias carentes, a partir da produção local e regional da agricultura familiar.	Aprovada 100%
9. Implantação do "Plano Safra Territorial" de acordo com o contrato de gestão articulado, negociado e acordado no território.	Aprovada 100%
10. Ampliar e envolver o poder público municipal no Programa de Compra Direta da Agricultura Familiar.	Aprovada 100%
11. Criar um fundo de aval para viabilizar e facilitar o crédito rural aos agricultores familiares.	Criar fundos de aval municipais para viabilizar e facilitar o crédito rural aos agricultores familiares.

12. Valorizar os produtos regionais, através de programa de certificação de origem.	Aprovada 100%
13. Implantar as propostas da Agenda Rural, de 2002.	Aprovado 100%
14. Estimular a agricultura, principalmente a cadeia produtiva do chá e da banana.	Estimular a agricultura familiar contemplando as cadeias produtivas predominantes do Vale do Ribeira.
15. NOVA PROPOSTA	Garantir acesso a óleo diesel mais barato para os produtores

COMUNIDADES TRADICIONAIS

TEXTO ORIGINAL	DELIBERAÇÃO DA CONFERÊNCIA MICRORREGIONAL II e IV Registro
1. Garantir os direitos de ser e fazer das Comunidades Tradicionais.	Aprovada 100%
2. Incluir no currículo escolar a disciplina de história e cultura dos povos formadores do Vale do Ribeira.	Aprovada 100%
3. Reconhecimento e título de propriedade para as comunidades caiçaras.	Reconhecimento e título de propriedade para as comunidades caiçaras, quilombolas e indígenas.
4. Criar de legislação para proteção da cultura patrimonial caiçara.	Criação de legislação para proteção da cultura patrimonial caiçara
5. Criar fórum permanente para discutir temas do interesse das comunidades tradicionais do Vale do Ribeira.	Criar fórum permanente para discutir temas do interesse das comunidades tradicionais do Vale do Ribeira.
6. Criar programa integrado entre moradores e gestores para "fazer" cumprir o SNUC no que se refere aos direitos das comunidades tradicionais que vivem em Unidades de Conservação de proteção integral.	Criar programa integrado entre moradores e gestores para "fazer" cumprir o SNUC no que se refere aos direitos das comunidades tradicionais que vivem em Unidades de Conservação de proteção integral.
7. Garantir o reconhecimento e titulação das terras indígenas.	Reprovada 100%
8. Garantir o reconhecimento e titulação das comunidades de quilombo.	Reprovada 100%

INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS PARA MEIO RURAL

TEXTO ORIGINAL	DELIBERAÇÃO DA CONFERÊNCIA MICRORREGIONAL II e IV Registro
1. Garantir o atendimento adequado e prioritário à população rural (infra-estrutura, energia elétrica, telefonia, estrada, transporte escolar, posto de saúde, educação, saneamento básico, destino adequado do lixo e segurança).	Garantir o atendimento adequado e prioritário à população rural infra-estrutura, energia elétrica, telefonia, estrada, transporte escolar, posto de saúde, saneamento básico, destino adequado do lixo, segurança, promoção da saúde e educação: formal, diferenciada e ambiental.
2. Criar, ampliar, facilitar programa especial de crédito e financiamento para os agricultores familiares sem titulação de terras.	Ampliar, divulgar e facilitar o acesso ao programa especial de crédito e financiamento para os agricultores familiares sem titulação de terras.

CONSELHOS MUNICIPAIS E REGIONAIS

TEXTO ORIGINAL	DELIBERAÇÃO DA CONFERÊNCIA MICRORREGIONAL II e IV Registro
1. Fortalecer os Conselhos Municipais já existentes e previstos na legislação.	Aprovada
2. Incentivar a criação de conselhos municipais, como os de desenvolvimento urbano e rural, de meio ambiente, de segurança alimentar e nutricional.	Incentivar a criação de demais conselhos municipais, como os de desenvolvimento urbano e rural, de meio ambiente, de segurança alimentar nutricional, da juventude, entre outros.
3. Elaborar um cronograma de capacitação para conselheiros, com ênfase em cidadania, papéis e atribuições do conselheiro, promovendo a integração entre conselhos municipais e comunidades rurais e urbanas.	Elaborar um cronograma de capacitação para conselheiros, com ênfase em cidadania, papéis e atribuições do conselheiro, promovendo a integração entre conselhos municipais e comunidades rurais e urbanas.
4. Facilitar e incentivar a participação comunitária nos conselhos locais e regionais. Proporcionar condições para que os membros dos conselhos municipais, em suas respectivas áreas, possam exercer suas atribuições, dando apoio estrutural/operacional e liberdade de expressão.	Facilitar e incentivar a participação comunitária nos conselhos locais e regionais, proporcionando condições para que os membros dos conselhos municipais, em suas respectivas áreas, possam exercer suas atribuições, dando apoio estrutural/operacional e liberdade de expressão.
5. Incentivar o voluntariado nos diversos segmentos da sociedade que compõem o Vale do Ribeira.	Incentivar o voluntariado como forma de inserção e processo de transformação social nos diversos segmentos da sociedade que compõem o Vale do Ribeira.
6. Incentivo a organização de associações, cooperativas e sindicatos e outras formas de organização social.	Incentivo a organização, de associações, cooperativas e sindicatos e outras formas de organização social, promovendo capacitações para melhor gestão, além de fortalecer as organizações já existentes.
7. Promover a integração e participação das instituições de ensino e pesquisa (universidades, faculdades, instituições particulares e ONG) em projetos que tragam benefícios às pessoas que vivem no Vale do Ribeira.	Promover a integração e participação das instituições de ensino e pesquisa (universidades, faculdades, instituições particulares e ONG) em projetos que tragam benefícios às pessoas que vivem no Vale do Ribeira.
8. Promover a integração entre os diversos conselhos municipais.	Promover e criar um mecanismo de integração efetiva entre os diversos conselhos municipais e regionais.
9. Propiciar, estimular e facilitar a participação dos conselhos municipais e de todos os cidadãos e cidadãs na elaboração do orçamento municipal e plano plurianual dos municípios.	Propiciar, estimular e facilitar a participação dos conselhos municipais e de todos os cidadãos e cidadãs na elaboração e fiscalização do orçamento municipal e plano plurianual dos municípios.
10. Fortalecer a capacidade de gestão e planejamento das organizações da sociedade civil e governos municipais através de cursos, estágios, vivências em todos os setores.	Fortalecer a capacidade de gestão e planejamento das organizações da sociedade civil e governos municipais através de cursos, estágios, vivências em todos os setores.

ORÇAMENTO PÚBLICO

TEXTO ORIGINAL	DELIBERAÇÃO DA CONFERÊNCIA MICRORREGIONAL II e IV Registro
1. Garantir a transparência no planejamento e na definição de prioridades para os investimentos e o uso dos recursos públicos.	Aprovada 100%
2. Garantir prioridade e o aumento de recursos no orçamento estadual para investimentos no Vale do Ribeira.	Aprovada 100%
3. Garantir recursos do orçamento para o Fundo de Desenvolvimento do Vale do Ribeira, acelerar e facilitar a liberação dos recursos.	Garantir recursos do orçamento estadual para o Fundo de Desenvolvimento do Vale do Ribeira, acelerar e facilitar a liberação dos recursos.
4. Alterar a atual composição do Conselho Gestor do Fundo de Desenvolvimento do Vale do Ribeira, que deve ser paritária entre sociedade civil e governo estadual.	Aprovada 100%
5. Estabelecer a Agricultura Familiar como linha prioritária de financiamento do FUNDESVAR, com destinação de 30% do montante total de recursos e a definição de mecanismos específicos de avaliação; Rever os critérios de acesso e de gestão dos recursos, principalmente com a criação do Fundo de Aval, ou equivalência-produto para agricultura familiar.	Aprovada 100%
6. Orçamento Participativo.	Implantar e garantir que os orçamentos públicos sejam efetivamente participativos
7. Planejamento e ação integrada e global do Governo.	Garantir e estabelecer que o planejamento e as ações nas três esferas do governo sejam integrados.
8. NOVA PROPOSTA	Facilitar o acesso ao crédito PRONAF, pelos agricultores familiares do Vale do Ribeira.

MEIO AMBIENTE

TEXTO ORIGINAL	DELIBERAÇÃO DA CONFERÊNCIA MICRORREGIONAL II e IV Registro
1. Aprovar a Lei da Mata Atlântica em tramitação no congresso nacional há mais de 10 anos.	Reprovada
2. Adequar e regulamentar o processo de licenciamento ambiental para a agricultura familiar e incorporar na legislação ambiental estadual o reconhecimento dos direitos de ser e fazer das comunidades tradicionais (agricultores, caiçaras, quilombolas, ribeirinhos e indígenas) de modo a adequá-la a realidade do Vale do Ribeira.	Adequar e regulamentar o processo de licenciamento ambiental para a agricultura familiar e incorporar na legislação ambiental estadual o reconhecimento dos direitos de ser e fazer das comunidades tradicionais (agricultores, caiçaras, quilombolas, ribeirinhos e indígenas) de modo a adequá-la a realidade do Vale do Ribeira.
3. A Mata Atlântica está sendo degradada para abrir espaço para a plantação de pinus e eucalipto. Ampliar e aprofundar o debate e o zoneamento de áreas para o reflorestamento.	A Mata Atlântica está abrindo espaço sendo degradada pela plantação de pinus e eucalipto. Ampliar e aprofundar o debate e o zoneamento de áreas para o reflorestamento com plantas exóticas em terras de pastagens e culturas abandonadas.
4. Criar centro de pesquisa em tecnologia agroecológica, ambiental, florestal e da biodiversidade.	Aprovada 100%
5. Concluir e implantar o programa de	Aprovada 100%

Zoneamento Ambiental para o ordenamento territorial do Vale do Ribeira (Macrozoneamento e Gerenciamento Costeiro).	
6. Criar mecanismos de incentivo à Elaboração de Projetos de Manejo Sustentável.	Aprovada 100%
7. Criar programa de Assistência Técnica Ambiental e Extensão Florestal, com convênios Estado/Municípios para elaboração de projetos de licenciamento ambiental para agricultura familiar.	Criar programa de Assistência Técnica Ambiental e Extensão Florestal, com convênios com o poder público Estado/Municípios para elaboração de projetos de licenciamento ambiental para agricultura familiar e outros produtores.
8. Criar órgão de direção regional do DEPRN no Vale do Ribeira com a ampliação das equipes técnicas.	Aprovada 100%
9. Estruturar o núcleo de educação ambiental permanente no Vale do Ribeira.	Estruturar e apoiar a implantação de núcleo de educação ambiental permanente no Vale do Ribeira.
10. Expandir e apoiar o projeto de Monitoria Ambiental, Ecoturismo e Agroturismo no Vale do Ribeira.	Aprovada 100%
11. Garantir a abertura imediata da Trilha do Imperador em Iguape, na Estação Ecológica da Juréia de acordo com o trabalho realizado pela AMAI (Associação de Monitores Ambientais de Iguape).	Aprovada 100%
12. Regulamentar e aplicar a legislação referente à compensação financeira por restrição ambiental. Garantir a aplicação dos recursos em projetos de base comunitária. O artigo 200 da Constituição Estadual define que as regiões com áreas protegidas devem receber compensação financeira. Existe a lei, mas não o regulamento e nenhuma previsão na lei orçamentária.	Aprovada 100%
13. Garantir transparência na transferência e (É ISSO MESMO??) aplicação dos recursos do ICMS Ecológico. Ampliar o conceito de áreas protegidas com a inclusão de Unidades de Conservação Municipal, RPPNs, áreas indígenas e de quilombos.	Garantir transparência na transferência e aplicação dos recursos do ICMS Ecológico. Ampliar o conceito de áreas protegidas com a inclusão de Unidades de Conservação Municipal, Federal , RPPNs, áreas indígenas e de quilombos.
14. Garantir os direitos aos Moradores em Unidades de Conservação e tratar com prioridade as demandas como: energia, transporte, comunicação, autorizações para roças; manutenção de estradas, trilhas e rios; reforma de moradias; escolas e serviço de saúde e saneamento básico.	Aprovada 100%
15. Implantar os conselhos de moradores de áreas protegidas pela legislação ambiental e os comitês de gestão das unidades de conservação.	Implantação e manutenção dos conselhos consultivos de moradores de áreas protegidas pela legislação ambiental e os comitês de gestão das unidades de conservação.
16. Criar fórum permanente de discussão com participação paritária de gestores de Unidades de Conservação, moradores de dentro e do entorno.	Criar fórum permanente de discussão com participação de um terço do Poder Público e dois terços da Sociedade Civil
17. Rever os processos de desapropriação de áreas, pois o pagamento de precatórios ambientais consome recursos públicos, com valores extremamente elevados à realidade de mercado.	Aprovada 100%
18. Garantir ações preventivas e educativas nas atribuições do Policiamento florestal e	Garantir e incentivar ações preventivas e educativas nas atribuições do Policiamento

ambiental.	florestal e ambiental.
19. Implantar projetos de repovoamento do palmito Jiçara/Jussara, através da criação do fundo de aquisição sementes.	Fomento, Implantação e manejo de projetos de repovoamento do palmito Jiçara/Jussara, através da criação do fundo de aquisição sementes, produção de mudas, licenciamento e manejo.
20. Criar unidade regional de Centro de Apoio Populações Tradicionais no Vale do Ribeira, do IBAMA.	Criar unidade regional de Centro de Apoio das Populações Tradicionais no Vale do Ribeira, do IBAMA.
21. Cria um escritório regional do IBAMA em Registro.	Criar um escritório regional do IBAMA em Registro.
22. Implantar os planos de manejo de todas as Unidades de Conservação existentes no Vale do Ribeira.	Elaborar e Implantar os planos de manejo de todas as Unidades de Conservação existentes no Vale do Ribeira.
23. Garantir a isenção da cobrança de taxas de licenciamento ambiental para os agricultores familiares e para os projetos de manejo florestal sustentável. Revisão dos valores e dos critérios técnicos para os demais casos.	Aprovada 100%
24. Implantar programa integrado de combate às inundações e enchentes: com planejamento urbano, conservação de solos, recuperação da mata ciliar, zoneamento agrícola e monitoramento dos rios.	Implantar programa integrado de combate às inundações e enchentes: com planejamento urbano, conservação de solos, recuperação da mata ciliar, zoneamento agrícola e monitoramento dos rios.
25. Preservação do Rio Ribeira. Não ao projeto de Construção da Barragem do Tijuco Alto. O atual projeto de barragem existente não controla as enchentes.	Preservação do Rio Ribeira. Não ao projeto de Construção da Barragem do Tijuco Alto. O atual projeto de barragem existente não controla as enchentes.
26. Construção da Barragem do Tijuco Alto para geração de energia e controle de enchente.	Reprovado
27. NOVA PROPOSTA	Apoiar a criação do mosaico da Juréia e a lei do Parque Estadual de Jacupiranga.
28. NOVA PROPOSTA	Exigir que a Sabesp colete e trate 100% do esgoto, invista parte do recurso arrecadado em educação ambiental, recuperação das margens dos rios e repovoamento dos rios com espécies nativas.
29. NOVA PROPOSTA	Implantar e apoiar o programa de produção de alimentos agroecológicos e incentivar o consumo pelos órgãos públicos.
30. NOVA PROPOSTA	Exigir do Ministério dos Transportes a implantação de um plano de contenção de acidentes com cargas perigosas e incêndios florestais gerados a partir da BR 116.



PESCA E AQUICULTURA

TEXTO ORIGINAL	DELIBERAÇÃO DA CONFERÊNCIA MICRORREGIONAL II e IV Registro
1. Reconhecer os direitos tradicionais adquiridos pelo pescador artesanal.	Aprovada 100%
2. Garantir apoio técnico e investimentos em infra-estrutura para o fortalecimento da pesca.	Aprovada 100%
3. Concessão de licença de pesca regional.	Aprovada 100%
4. Criar comissão de aqüicultura junto com o Ministério da Agricultura para tratar das normas sanitárias.	Criar comissão de aqüicultura junto ao Ministério da Agricultura para tratar das normas sanitárias.
5. Criar sistema de contenção da pesca de arrasto.	Aprovada 100%
6. Definir as competências e procedimentos entre IBAMA e SEAP.	Aprovada 100%
7. Garantir acesso à gelo e óleo diesel mais baratos para os pequenos pescadores.	Garantir acesso à gelo e óleo diesel mais baratos para os pescadores profissionais.
8. Instalação de Centro de Pesquisa com laboratório de referência para avaliação do pescado.	Melhoria no Centro de Pesquisa e extensão para o atendimento da demanda de pescadores e aqüicultores e instalação de laboratório de referência para avaliação do pescado.
9. Maior fiscalização e vigilância dos órgãos competentes, principalmente a Marinha.	Maior fiscalização e vigilância dos órgãos competentes da captura até a comercialização dos produtos pesqueiros e aqüícolas.
10. Revisão da legislação pesqueira de acordo com estudos locais, ouvindo a comunidade local.	Aprovada 100%
11. Mudança de tamanho de malha e apetrechos na Pesca Interior (represas).	SUPRIMIDO
12. Incorporar a tributação das atividades econômicas relacionadas à pesca no Sistema Simples, estadual e federal.	Aprovada 100%
13. Zoneamento de áreas destinadas às atividades pesqueiras.	Aprovada 100%
14. Implementar o Código Estadual da Pesca.	Aprovada 100%
15. NOVA PROPOSTA	Cadastrar os fornecedores de combustíveis nos municípios que têm atividade pesqueira para garantir o melhor acesso ao subsídio dos combustíveis.
16. NOVA PROPOSTA	Instalação de laboratório de referência para avaliação do pescado.
17. NOVA PROPOSTA	Concessão de licença de aqüicultura regional

TURISMO

TEXTO ORIGINAL	DELIBERAÇÃO DA CONFERÊNCIA MICRORREGIONAL II e IV Registro
1. Garantir o aproveitamento turístico sustentável do Vale do Ribeira - ecologicamente suportável à longo prazo, economicamente viável, e, social e eticamente aceitáveis pelas comunidades locais.	Aprovada 100%
2. Institucionalizar as diretrizes e programas previstos na Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira.	Aprovada 100%
3. Ampliar os programas de educação ambiental e adequar à grade curricular nas escolas técnicas.	Ampliar os programas de educação ambiental nas escolas da região.
4. Mais recursos e criação de linhas especiais de crédito para os investimentos em infra-estrutura para o turismo sustentável.	Mais recursos e criação de linhas especiais de crédito para que micro e pequenos empresários façam investimentos em infra-estrutura para o turismo sustentável.
5. Priorizar parte dos recursos do FUNDESVAR para investimentos no setor receptivo do turismo regional.	Priorizar parte dos recursos do FUNDESVAR para investimentos no setor receptivo do turismo local e regional.
6. Criar curso noturno de turismo na UNESP de Registro.	Buscar a capacitação e entidades de ensino nas áreas de meio ambiente e turismo 100% reprovado
7. Implantar ações emergenciais nas áreas onde já existe o turismo, como por exemplo, na Trilha do Imperador na Estação Ecológica da Juréia.	Implantar ações de controle e sustentabilidade nas áreas de turismo e meio ambiente e também em outras localidades.
8. Implantar fórum regional de turismo para fortalecer o planejamento com participação da população local na exploração turística.	Aprovada 100%
9. Investimentos em infra-estrutura, principalmente na conservação das estradas, nas áreas de saúde, saneamento e resíduos sólidos e acabar com os lixões.	Investimentos em infra-estrutura do turismo.
10. Regulamentar a profissão dos monitores ambientais e promover o fortalecimento dos grupos e associações de monitores.	Regulamentar a profissão dos monitores ambientais e promover o fortalecimento dos grupos e associações de monitores, moradores e maior apoio aos COMTURs.
11. Estudar a criação de Lei Estadual para criar a categoria de Estância Ecológica.	Aprovada 100%
12. Incentivar o Turismo, com a implantação de uma agência de fomento regional.	Incentivar o Turismo, com a implantação de uma agência de turismo receptivo administrada pelo COMTUR local.



RODOVIAS E ESTRADAS

TEXTO ORIGINAL	DELIBERAÇÃO DA CONFERÊNCIA MICRORREGIONAL II e IV Registro
1. Iniciar imediatamente as obras para conclusão da duplicação da Rodovia Federal Régis Bittencourt, entre São Paulo e Curitiba, no trecho da Serra do Cafezal.	Aprovada 100%
2. Promover consulta pública ampla para definir as diretrizes do processo de concessão, definição dos locais de instalação das praças de pedágio e dos valores a serem cobrados.	Aprovada 100%
3. NOVA PROPOSTA	Promover uma consulta pública para saber se a população do Vale do Ribeira é a favor ou contra a privatização e a instalação de praças de pedágio e, caso seja implantado promover consulta pública ampla para definir as diretrizes do processo de concessão, definição dos locais de instalação das praças de pedágio e dos valores a serem cobrados.
4. Priorizar recursos para investimentos em conservação e reforma das estradas federais e estaduais. Priorizar os seguintes trechos: Eldorado a Iporanga. Juquiá a Tapiraí. Juquiá a Sete Barras.	Aprovada 100%
5. Pavimentar a estrada que liga os municípios de Doutor Ulysses e Cerro Azul a Tunas do Paraná.	Aprovada 100%
6. Pavimentação da estrada entre Iporanga e Apiaí. Entre Apiaí e Ribeirão Branco. Entre Barra do Turvo e Iporanga. Entre Cajati e Itapeúna.	Aprovada 100%
7. Pavimentação da estrada que liga Sete Barras até Iporanga, dentro do conceito de estrada parque.	Aprovada 100%
8. Conclusão da duplicação da Rodovia Estadual Pe. Manoel da Nóbrega, no trecho entre Peruíbe até Miracatu.	Aprovada 100%
9. Priorizar a manutenção e conservação de estradas rurais e pontes adequadas, em parceria, através da criação de consórcios intermunicipais.	Aprovada 100%
10. Recuperação e melhoria da qualidade da malha de estradas vicinais, das pontes e travessias de balsa, considerando que muitas estão em péssimas condições.	Aprovada 100%
11. Planejamento e readequação das estradas com a finalidade de garantir a integração do território.	Aprovada 100%
12. Criar lei municipal, com mecanismos que restrinjam o trânsito de veículos com carga em áreas urbanas, bem como nas estradas rurais em dias chuvosos.	Aprovada 100%
13. Avaliar a criação de legislação municipal, que favoreça a construção e manutenção de estradas particulares para produtores rurais, através de pagamento em mercadorias da sua produção, destinada a instituições filantrópicas e sociais do município – Programa Social específico com normas e regras.	Aprovada 100%
14. Instalação de módulos da Polícia Rodoviária, Receita Estadual e Polícia Ambiental	Instalação de módulos da Polícia Rodoviária, Receita Estadual e Polícia Ambiental nas

nas estradas da região.	estradas da região priorizando a informação e a educação da população e usuários.
15. Reativação do transporte ferroviário de passageiros e de carga.	Aprovado
16. Pavimentar as ruas dos municípios com bloquetes, produzidos através de parceria entre a prefeitura e a comunidade.	Aprovada
17. Melhorar a fiscalização do transporte rodoviário intermunicipal.	Aprovado
18. NOVA PROPOSTA	Abertura da estrada de Bela Vista a Conchas
19. NOVA PROPOSTA	Ponte entre Sete Barras e Eldorado no rio Etá.
20. NOVA PROPOSTA	Manutenção da estrada Guaraú entre Cajati e Jacupiranga.
21. NOVA PROPOSTA	Remodelar o trecho do trevo de Cajati com remoção dos viadutos e criação de 2 pistas marginais.

OUTRAS PROPOSTAS

TEXTO ORIGINAL	DELIBERAÇÃO DA CONFERÊNCIA MICRORREGIONAL II e IV Registro
1. Ampliar e facilitar o acesso ao Banco do Povo.	100% aprovada
2. Ampliar e facilitar o acesso os fundos para as iniciativas empresariais e comunitárias (PRONAF, FEAPE, FUNDESVAR etc.)	100% aprovada
3. Apoio técnico e crédito a micro e a pequena empresa que representam mais de 90 % da economia regional, principalmente na área de serviços e agroindustrial.	100% aprovada
4. Criação de uma agência de desenvolvimento regional.	100% aprovada
5. NOVA PROPOSTA	Fomentar a participação da sociedade civil nas agências de desenvolvimento da região.

Antes do encerramento foram lidas e aprovadas as **moções referentes** aos seguintes temas:

MOÇÃO 1

Promover e fortalecer idéias e ações que estimulem a cultura da paz, valorização da vida e da família.

Em todas as ações enfatizar sentimentos de solidariedade, respeito e amor.

Justificativa:

Toda essa mobilização que está promovendo discussão, planejamento e organização das mais diversas entidades e segmentos da população do Vale do Ribeira se justifica e se fortalece quando junto às ações e propostas forem promovidas idéias e atitudes que promovam a cultura de paz. É preciso cobrar das autoridades competentes políticas públicas de capacitação e aparelhamento dos diversos setores que promovem, garantem a segurança pública, diminuindo a certeza da impunidade.

MOÇÃO 2

Parabenizar o Dep. Federal Vicentinho pela apresentação do Projeto de Lei que cria a Universidade Federal do Vale do Ribeira.

Justificativa:

Esta iniciativa é de grande importância para a região, pois não será mais necessário aos nossos jovens deixarem a região para estudar na Baixada Santista ou na capital.

MOÇÃO 3

Vimos por meio deste apresentar repúdio, à construção da barragem de Tijuco Alto a ser construída no Alto Ribeira.

Justificativa:

Justifica-se o repúdio devido aos impactos negativos que a barragem trará à população do Vale do Ribeira, tanto à montante, quanto à jusante, influenciando no ciclo hídrico, da fauna e flora e na qualidade de vida da população.

MOÇÃO 4

Repudiamos a invasão arbitrária do exército americano ao Iraque e a recente invasão do exército israelense aos territórios da Palestina e do Líbano; invasões que semeiam a morte de forma criminosamente no seio dessas populações desarmadas. Parem o genocídio. Defendamos a Paz.

Justificativa:

A solidariedade entre os povos e a defesa da autodeterminação dos povos são valores que estão sendo pisoteados criminosamente em nome de um falso combate ao terrorismo. Na verdade trata-se sim de exercício do terrorismo de estado por parte dos EUA e de Israel que cobiçam o petróleo dos povos árabes.

MOÇÃO 5

O grupo de número seis (6) que debateu o eixo temático "Desenvolvimento sócio econômico e meio ambiente", sugere a coordenação da conferência microrregional II e IV que priorize o tempo escasso para o debate nos círculos temáticos e em plenária, reduzindo o tempo da seção de abertura, conforme estipula o artigo 6º do Regulamento da Conferência, que seja conduzido por dois representantes do CONSAD e um coordenador do Projeto Vale do Ribeira Sustentável. Acreditamos que o tempo gasto durante a apresentação das autoridades presentes na Sessão de Abertura atrasou a divisão dos grupos temáticos e dificultou o debate e a construção coletiva das propostas que foram consolidadas a partir dos planos de desenvolvimento regional realizadas durante a implantação do projeto.

MOÇÃO 6

Os covardes bombardeios promovidos por Israel contra a população civil no Líbano e na Palestina, com o assassinato em massa de centenas de pessoas e a destruição de moradias, centrais elétricas, pontes, estradas e aeroportos, são uma afronta à Humanidade.

Condenamos a política de terrorismo de Estado, que se utiliza dos mais modernos armamentos para massacrar indiscriminadamente idosos, mulheres e crianças, tendo por base a concepção fascista da punição coletiva. O crescente número de mortos e feridos, somado à destruição da infra-estrutura física e econômica dos árabes, estão provocando uma crise humanitária de enormes proporções, o que só serve para agravar ainda mais a já caótica situação do Oriente Médio.

Para nós, além do dever moral de levantar a nossa voz contra a barbárie e em defesa do diálogo para a busca da paz entre os povos, a agressão israelense nos toca ainda mais de perto, pois brasileiros estão sendo assassinados por mísseis enquanto dormem, obrigados a fugir em caravanas de ataques que têm por único objetivo levar a insegurança e o medo aos povos árabes.

Em pleno século XXI, é inaceitável a manutenção de um regime de discriminação e segregação racial, que se utiliza da força para se sobrepor aos direitos humanos, acordos e convenções internacionais. Da mesma forma, repudiamos o aval dado a estes crimes pelo governo norte-americano, que impede uma tomada de posição mais dura contra a truculência israelense.

Em defesa da soberania e da autodeterminação dos povos, a CUT se manifesta de forma enfática pelo fim imediato dos bombardeios e tomará as ruas e praças do país, ocupando todos os espaços e fóruns democráticos, nacionais e internacionais, para que a paz e a negociação prevaleçam.

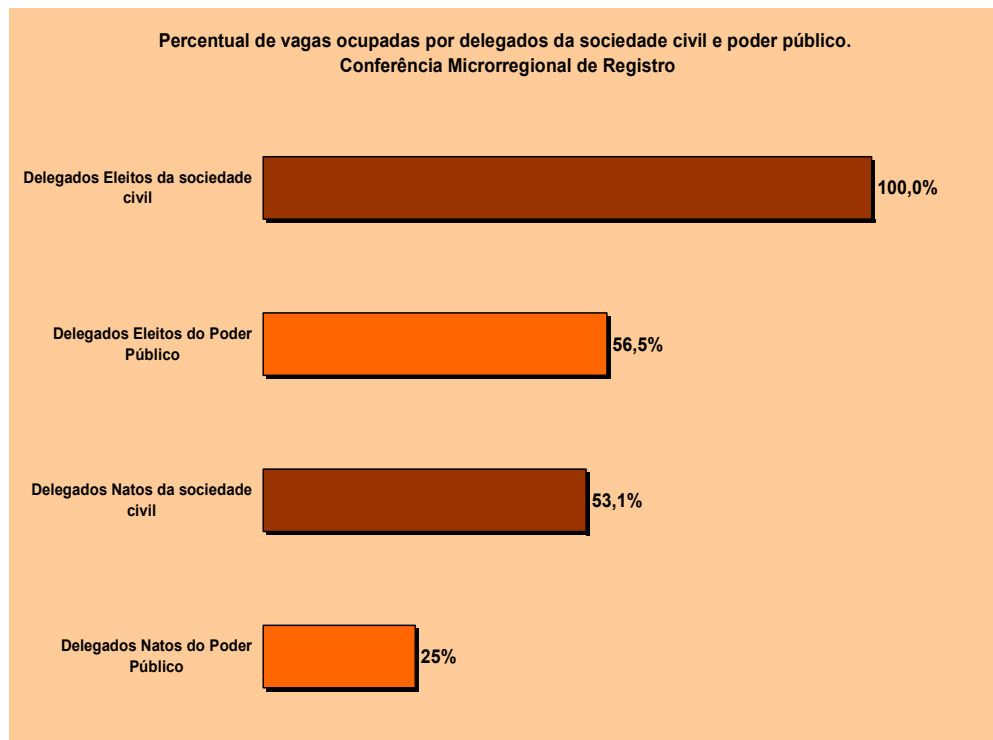
4. A eleição dos delegados

Após a aprovação do relatório final foram eleitos os delegados à I Conferência Regional de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Vale do Ribeira, segundo o Regimento Interno.

Considerando o número de presentes por segmento e os delegados natos (membros do CONSAD), foram eleitos 75 delegados, sendo 56 representando setores da sociedade civil e 19 representando o poder público, conforme segue:

Segmentos	Vagas destinadas para delegados por segmento	Delegados Eleitos
Eleitos Sociedade Civil	30	30
Eleitos Poder Público	23	13
Natos Sociedade Civil	49	26
Natos Poder Público	24	6
Total	126	75

Observa-se que esta Conferência elegeu 60% dos delegados a que tinha direito pelo Regimento da CRDS-VR, 75 delegados dentre os 126 delegados previstos.



A sociedade civil esteve bastante presente ocupando 100% das vagas de delegados reservadas para eleição na Conferência, contra 56,5% do poder público.

Entretanto, as vagas destinadas aos delegados natos foram ocupadas em apenas 53,1% pela sociedade civil e em 25% pelo poder público. Isto porque, os delegados natos deveriam ser membros do CONSAD e estarem presentes na



Conferência. Nesta fase, o CONSAD estava com dificuldades de mobilização o que dificultou a presença de muitos.

Dentre as vagas garantidas por segmento, estiveram presentes representantes de várias comunidades quilombolas dos municípios de Iporanga, Eldorado, Cananéia e Iguape; pessoas representantes de aldeias indígenas.

Sendo assim, estes representantes quilombolas e indígenas poderão se credenciar junto à seus pares presentes nas demais Conferências para serem indicados, por cada um destes segmentos, como delegados à I Conferência Regional.

O quadro abaixo descreve a representação eleita, por segmentos.

Delegados			Nº de delegados com direito a serem eleitos	Delegados Eleitos
Eleitos	Sociedade Civil	Agricultores familiares, pescadores artesanais e extrativistas	2	2
		Empresários urbanos e rurais	2	2
		jovens	2	2
		mulheres	2	2
		Outros	22	22
		Sub total	30	30
	Poder Público	Prefeituras	4	5
		Câmaras municipais	11	2
		Governo Estadual e federal	8	6
		Sub total	23	12
CONSAD	Sociedade Civil	titulares	40	24
		suplentes	9	2
		Sub total	49	
	Poder Público	Prefeituras	18	3
		Câmaras municipais	6	2
		estadual e federal	0	1
	Sub total	24	6	

5. Comissão Organizadora e Equipe Técnica

A coordenação, Comissão Organizadora e equipe técnica da Conferência Microrregional II e IV contaram com os seguintes representantes ou membros da equipe do Projeto:

Coordenação do Projeto:

Ronaldo José Ribeiro

Coordenadora da Conferência:

Sandra Kennedy Viana

Comissão Organizadora Microrregional:

- Celso Henrique Domingues; Associação Vidas Verdes Monitores - AVV; Pariquera-Açu
- Lindamir dos Santos Pereira; Sindicato de Trabalhadores Rurais; Cajati
- Antonio Alvarenga; Associação de Produtores Orgânicos do Vale do Ribeira - AOVALE; Registro
- Miguel A Ferreiro; Prefeitura Municipal; Ilha Comprida
- Raul Calazans; Câmara Municipal; Registro
- Wagner Gomes Portilho; Fundação Florestal; Registro
- Valtency Negrão da Silva; IBAMA; Registro

Equipe de Mobilização

- Antonio de Lara Mendes - IDESC
- Elisângela Xavier da Veiga IDESC/CUT – Sub-sede Vale do Ribeira

Equipe de Apoio Técnico Operacional

- Noelli do Carmo Flório Xavier
- Sônia Jora Pagani
- Agane Fibra Telo
- Lívia Chaves
- Nobuhiro Kuwahara
- Roberto Hauck Reichert Filho
- Simone de Lara França

Coordenação Financeira

- Ocimar José Baptista Bim (coordenador)
- Jocely de Fátima Rosa
- Juscileine Aparecida Rosa

Equipe de Comunicação

- Margarete Michelette (coordenadora)
- Lilian Rochael

Equipe de Sistematização

- Ronaldo José Ribeiro
- Márcia Nunes

Apoio Operacional e Relatoria: Alunos do Projeto Agente Jovem – Registro



I CONFERÊNCIA REGIONAL DO PLANO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL DO VALE DO RIBEIRA, PARANÁ E SÃO PAULO.

CONFERÊNCIA MICRORREGIONAL V DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL DO VALE DO RIBEIRA

PROPOSTA DE REGULAMENTO

**CAPÍTULO I
DA FINALIDADE**

Art. 1º- Este REGULAMENTO tem por finalidade a definição de regras de funcionamento da **CONFERÊNCIA MICRORREGIONAL V DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL DO VALE DO RIBEIRA** integrante da **I Conferência Regional de Desenvolvimento Sustentável do Plano Desenvolvimento Territorial Sustentável do Vale Do Ribeira, Paraná e São Paulo - CRDS-VR** - a partir do regimento aprovado pela Coordenação Geral.

**CAPÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO**

- Art. 2º** - A organização da 1ª CRDS-VR terá a seguinte metodologia:
1. Sessão de Abertura
 2. Plenária de instalação da Conferência e Aprovação do Regulamento
 3. Mesa Redonda
 4. Grupos Temáticos
 5. Plenária Final

**CAPÍTULO III
DO CREDENCIAMENTO**

Art. 3º - O credenciamento dos participantes será realizado no dia 25 de julho de 2006, das 08 às 10 horas, na sede da Câmara Municipal do município de Miracatu de São Paulo

§ 1º. - Poderão se inscrever na Conferência Microrregional e serão considerados DELEGADOS, com direito a voz e voto:

I - Todos os cidadãos e cidadãs, acima de 16 anos, residentes nos municípios de Juquiá, Miracatu, Tapirai, Pedro de Toledo, Itariri, Peruíbe, Juquitiba e São Lourenço;

II - representantes de órgãos públicos e de organizações não governamentais

com atuação na região do Vale do Ribeira – São Paulo,

§ 2º. - Poderão se inscrever na Conferência Microrregional, e serão considerados CONVIDADOS com direito a voz, todos os presentes que não se enquadram nas situações anteriores.

§ 3º. O credenciamento deverá ser feito em listas separadas considerando as três categorias de delegados que serão eleitos nesta Conferência Microrregional para participar da Conferência Regional de Desenvolvimento Sustentável, conforme artigo 9º, Item I, b) e Anexo IV, do Regimento.

I. - Delegado nato (representantes das entidades membros do CONSAD do Vale do Ribeira – São Paulo).

II. - Delegado eleito: (cidadãos e cidadãs delegados das Conferências Microrregionais).

III. - Delegado indicado por segmentos: (representantes de comunidades quilombolas, indígenas e assentados do território Vale do Ribeira)

Art. 4º - No ato do credenciamento os participantes indicarão por ordem de prioridade dois (2) Grupos Temáticos do qual desejam participar, cabendo a Comissão Organizadora proceder a composição dos grupos observando o número de inscritos e a opção do participante por grupo.

Parágrafo Único: no ato do credenciamento todos os Delegados receberão cópia do presente Regulamento e **uma ficha** para propostas de alteração que deverão ser entregues à mesa de credenciamento até as 10 horas do dia 19 de julho.

CAPÍTULO IV DO TEMÁRIO

Art. 5º- Nos termos do seu Regimento, a 1ª CRDS-VR abordará:

a) O Tema Central: "Desenvolvimento Territorial Sustentável do Vale do Ribeira".

b) Os Eixos Temáticos:

DIMENSÃO I – implantar plano emergencial integrado de inclusão social com ênfase no combate a pobreza, garantia de segurança alimentar e na geração de emprego e renda.

DIMENSÃO II – realizar os investimentos na recuperação em infra-estrutura existente e nas necessidades estruturais e históricas do território

DIMENSÃO III – reformulação e adequação das políticas públicas e a realização de investimentos sociais para promover o desenvolvimento humano em todas as suas dimensões

DIMENSÃO IV – (a) realização de investimentos em pesquisa e no fomento para modernização das cadeias produtivas e os sistemas de produção

DIMENSÃO IV – (b) implantação de alternativas para o desenvolvimento sócioeconômico regional

SEÇÃO III DOS GRUPOS TEMÁTICOS

Art. 11º - Os Grupos Temáticos serão compostos por Delegados e Convidados, conforme organização da Comissão Organizadora com base nas listas de preferências assinaladas no ato de inscrição e terão como suporte para o debate e organização do processo de trabalho:

I - um MODERADOR, indicado pela Comissão Organizadora, para apoiar o debate e estimular a participação de acordo com o eixo temático.

II - um COORDENADOR, indicado pelos membros do Grupo, que terá as funções de conduzir as discussões, controlar o tempo e estimular a participação de acordo com o eixo temático.

III - um RELATOR, indicado pelos membros do Grupo, que contará com apoio para digitação do produto do Grupo.

Art. 12º - O MODERADOR efetuará a leitura da parte relativa ao Eixo-Temático do Documento-Base, específico da respectiva Plenária Temática.

Art. 13º - A discussão do Documento-Base será apoiada pelo MODERADOR e conduzida pelo COORDENADOR que consultará o Plenário quanto à existência de destaques ao texto.

§ 1º - Quando houver destaques, estes deverão contemplar:

- a) supressão total ou parcial;
- b) adendo às propostas existentes;

Art. 14º - Após a votação dos destaques de cada Eixo-Temático do Documento-Base, o COORDENADOR conduz o debate sobre novas propostas não contempladas.

Art. 15º - Quando da apresentação dos destaques e das novas propostas, o COORDENADOR e o MODERADOR deverão:

- a) Buscar consensos entre as propostas apresentadas;
- b) Encaminhar à votação as propostas não consensuadas.

§ 1º - Para que uma proposta seja levada para apreciação da Plenária Final, ela deverá obter pelo menos 30% (trinta por cento) dos votos dos membros do Grupo Temático. Não atingindo este percentual, a proposta não será considerada aprovada, e não será encaminhada à Plenária Final.

§ 2º - Quando a proposta obtiver 100% (cem por cento) dos votos dos presentes nas Plenárias Temáticas, será considerada aprovada pela Conferência e será apenas lida na Plenária Final.

SEÇÃO IV DA PLENÁRIA FINAL

Art. 16º - A sessão da Plenária Final da Conferência Microrregional V de Desenvolvimento Sustentável do Vale do Ribeira, será coordenada por Mesa Diretora indicada pela Coordenação Geral garantindo a participação da sociedade civil e setor governamental.

Parágrafo Único - As sessões da Plenária Final serão secretariadas por membros da Comissão de Sistematização e Relatoria.

Art. 17º - A votação do Relatório Final da Conferência Microrregional de

Desenvolvimento Territorial Sustentável do Vale do Ribeira, será encaminhada na forma que se segue:

a) proceder-se-á, a leitura dos Relatórios dos Grupos Temáticos, em Plenária, com apoio de recuo visual de forma a garantir o acompanhamento dos presentes;

b) para dar conhecimento aos Delegados, as propostas aprovadas nas Plenárias Temáticas serão identificadas com **negrito** e sublinhadas no relatório e apenas serão lidas na Plenária Final;

c) na seqüência, o Coordenador da Mesa lerá, uma a uma, as propostas que não foram consenso nas Plenárias Temáticas, mas que obtiveram o mínimo de 30% (trinta por cento) da totalidade de Delegados presentes nos Grupos Temáticos.

d) não será admitida a apresentação de novos destaques e/ou propostas ao conjunto de propostas que será votado;

e) o Coordenador da Mesa concederá a palavra, por igual tempo, aos delegados que se apresentem para fazer a defesa contra e a favor à proposta, sempre nessa ordem;

f) serão permitidas mais de uma defesa, a favor e contra, desde que a Plenária não se sinta devidamente esclarecida para a votação, e assim delibere;

g) a(s) proposta(s) apresentada(s) será(ão) colocada(s) em votação e qualificadas como:

I - Agenda de consenso;

II - Agenda de conflito com apoio da maioria (aquelas que obtiverem 50% ou mais dos votos favoráveis, em Plenária);

III - Agenda de conflito com apoio da minoria (aquelas que obtiverem menos de 50% dos votos favoráveis, em Plenária).

Art. 18º - A Mesa Diretora da Plenária assegurará o direito à manifestação, aos Delegados, pela ordem, sempre que qualquer um dos dispositivos deste Regulamento não estiver sendo observado.

Parágrafo Único: Não serão permitidas manifestações ou questões pela ordem durante o regime de votação.

SEÇÃO I DA ELEIÇÃO DOS DELEGADOS

Art. 19º - Os delegados eleitos para a Conferência Regional de Desenvolvimento Sustentável do Vale do Ribeira - CRDS-VR, serão eleitos nas Conferências Microrregionais na proporção de 1 (um) delegado eleito para cada dois delegados na Conferência Microrregional de cada um dos dois segmentos, poder público e sociedade civil, devendo ser eleitos na seguintes categorias, conforme REGIMENTO da CRDS-VR :

I. - Delegado nato:

a) representantes das entidades membros do CONSAD do Vale do Ribeira, conforme Anexo IV; participantes da Conferência Microrregional

Parágrafo Único: - Fica sob responsabilidade da Comissão Executiva do CONSAD DO VALE DO RIBEIRA, acompanhar a substituição de Delegados Titulares por Suplentes em seu âmbito de representação.

II. - Delegado eleito:

- a) cidadãos e cidadãs **eleitos** nas Conferência Microrregional, conforme Anexo II.
- b) representantes dos segmentos de mulheres, jovens, empresários urbanos e rurais, agricultores familiares e pescadores artesanais, **eleitos** nas Conferências Microrregionais conforme anexo II.

III. - Delegado indicado por segmentos:

- a) representantes de comunidades quilombolas e assentados de Projetos de Reforma Agrária, localizadas no território Vale do Ribeira, delegados da Conferência Microrregional, conforme Anexo V.

Art. 20º. – Os delegados eleitos à CRDS-VR, representantes de comunidades quilombolas e assentados de Projetos de Reforma Agrária do território Vale do Ribeira, serão indicados pelos seus pares através de correspondência escrita endereçada à Coordenação Geral da Conferência Regional até 5 (cinco) dias úteis após a realização da última Conferência Microrregional do Território, em 29 de julho, conforme o número de vagas previsto no anexo V.

Art. 21º - Os delegados serão eleitos durante a Plenária Final reunidos em dois grupos separadamente: **I** – setor governamental (órgãos públicos e representantes do poder legislativo das três esferas de governo), **II** – sociedade civil.

Art. 22º. – Será considerado, para cálculo do número de delegados eleitos do poder público e da sociedade civil, o total de pessoas presentes por segmento considerando inclusive os delegados natos (anexos III, IV).

SEÇÃO II DAS MOÇÕES

Art. 23º - As Moções encaminhadas, exclusivamente, por Delegados, devem ser apresentadas em formulário próprio elaborado pela Coordenação Geral da Conferência Microrregional de Desenvolvimento Sustentável do Vale do Ribeira, às 16 horas.

§ 1º - Cada moção deverá ser assinada por, pelo menos, 30% (trinta por cento) dos Delegados da Conferência.

§ 2º - A Coordenação Temática e de Relatoria organizará as Moções recebidas, classificando-as e agrupando-as por tema, dando ciência aos propositores para que organizem a apresentação na Plenária Final, facilitando o andamento dos trabalhos.

§ 3º - Encerrada a fase de apreciação do Relatório Final da Conferência, o Coordenador da Mesa Diretora procederá à leitura das Moções por tema e submeterá sua aprovação à Plenária.

§ 4º - A aprovação das Moções será por maioria simples dos Delegados presentes.

CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES GERAIS E COMUNS

Art. 24º - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora, *ad referendum*, quando a Plenária não estiver reunida.

DELEGADOS ELEITOS NA CONFERÊNCIA MICRORREGIONAL
Microrregião V
(Portal do Vale) - 8 municípios

Nº de DELEGADOS ELEITOS				Nº de DELEGADOS ELEITOS					
SETOR PÚBLICO (1/3)				SOCIEDADE CIVIL (2/3)					
Prefeituras	Câmaras municipais	Governo Estadual e federal	Sub total Setor Governamental	Agricultores familiares, pescadores artesanais e Extrativistas	Empresários urbanos e rurais	jovens	mulheres	Outros Segmentos	Sub total Sociedade Civil
3	8	4	15	2	2	2	2	16	24
Total geral									39

DELEGADOS NATOS – CONSAD

REPRESENTANTES DO CONSAD	Poder Público				Sociedade civil		
	Prefeituras	Câmaras municipais	estadual e federal	Sub total	titulares	suplentes	Sub total
Microrregião V	9	3	0	12	28	8	36
Total geral CONSAD							48

DELEGADOS com indicação pelos segmentos

Segmento da sociedade civil	Quilombolas	Indígenas	Assentados	Sub total
Nº de delegados	16	12	2	30

total de delegados eleitos:

DELEGADOS CONFERÊNCIA MICRORREGIONAL DE REGISTRO
Representantes do segmento: sociedade civil

ORD	SEGMENTO	NOME	MUNICIPIO	ENTIDADE
1.	ELEITOS SOCIEDADE CIVIL	Cláudio Roberto de Oliveira	Sete Barras	Comerciantes/PJ
2.		Rosemeire Lemes	Sete Barras	Município/Rio Preto
3.		Cristiano Andrade de Souza	Sete Barras	Município/PJ
4.		Daniela Cristina Batista	Registro	Rep. Juventude/Registro
5.		José Uzuelli Villar	Registro	Município/Sintravale
6.		José Thiago de Souza	Registro	Município/Con. Tutelar
7.		Vera Lúcia Muller Bertoli	Pariquera-Açú	Mulheres/ADEFIPA
8.		Evaldo de Oliveira	Pariquera-Açú	Município/ADEFIPA
9.		Vinaldo Ribeiro Zator	Pariquera-Açú	Município/AVV Monitores
10.		Moisés de Oliveira Santos	Jacupiranga	Município/Conselho Mun. De Turismo
11.		Erik Vinícius de Moura	Jacupiranga	Município/GEMAP-UNESP
12.		Edvaldo Dias Peniche	Iporanga	Município
13.		Rogério Pedroso Carmo	Iporanga	Município/
14.		Rosana	Ilha Comprida	Município/
15.		Marcelo Correa	Ilha Comprida	Município/Grupo ASA
16.		Rafael Ribeira	Iguape	Município/Colônia Z-7
17.		Paulo de Moura	Iguape	Município/Colônia Z-7
18.		Maria Gonçalves da Fonseca	Eldorado	Município/
19.		Priscila de França Almeida	Eldorado	Município/
20.		Francisco de Sales Coutinho	Cananéia	Agricultura Familiar/REMA
21.		Pe. João Van den Heijden, SVD	Cananéia	Município/Igreja Católica
22.		Fernando Oliveira	Cananéia	Município/IPEC
23.		Jailson Oliveira Plácido	Cajati	Rep. Juventude
24.		Maria Aurora Silva Costa	Cajati	Rep. Mulheres
25.		Vicente Pedro de Moura	Cajati	Agri. Familiar/STR
26.		Paulinho Chagas	Cajati	Município/Part. Verde
27.		Marta Maria (Nita)	Cajati	Município//Do Lar
28.		Pedro Gonçalves Pedroso	Barra do Turvo	Ass. Quilombola de Ribeirão Grande
29.		Adelicio de Serra Marques	Barra do Turvo	Município/Sintravale
30.		Jose Gustavo da Silva	Barra do Turvo	Município/
31.	CONSAD SOCIEDADE CIVIL	Kiyomi Ohta de Oliveira	Sete Barras	Ass. Comercial de SB
32.		Jonatas Silva	Sete Barras	Ass. Saibadela
33.		João Batista de Araújo Guerra	Sete Barras	Ass. Comunitária do Bairro Rio Preto
34.		Vera Lucia Oliveira	Sete Barras	SINTRVALE
35.		Benjamin Muniz	Sete Barras	AGUA
36.		Sandra Kennedy Viana	Registro	IDESC
37.		Roberto Matheus Fouto	Registro	CUT/VR
38.		Claudia Noemi Bilche	Registro	CATIVAR
39.		Antonio Alvarenga	Registro	AOVALE
40.		Celso Henrique Domingues	Pariquera-açú	AVV Monitores
41.		Gerson de Oliveira	Pariquera-Açu	AMOVIPA
42.		Nilvana Pasini Ongaratto de Oliveira	Jacupiranga	JUNTOS
43.		Antonio Eduardo Sodrzeiuski	Iporanga	ASA
44.		Edson Ney Barbosa	Eldorado	STR
45.		Jorge Antonio Malaquias Cardoso	Cananéia	Pastoral da Pesca
46.		Ibison de Oliveira	Cananéia	SINTRVALE
47.		Sales Jose Garcia	Cananéia	Ass. Moradores do Bairro Acaraú
48.		Valeria Maria Pires Soares	Cananéia	Colônia de Pesca Z-9
49.		Valkiria Monteiro	Cananéia	CAF
50.		Adilson Vieira Alves	Cajati	STR
51.		João Batista dos Santos	Cajati	Cidadão em Ação
52.		João Plácido	Cajati	STR/Pastoral Operária
53.		Lindamir dos Santos	Cajati	STR
54.		Pablo Fernando Olivares Castañeda	Cajati	ONG MECA
55.		Claudinei Maciel	Barra do Turvo	COOPERAFLORESTA
56.		Henrique Mota Barbosa	Barra do Turvo	SINTRVALE

DELEGADOS CONFERÊNCIA MICRORREGIONAL DE REGISTRO
Representantes do segmento: poder público

Re pre se nta nte s do se gm ent o: po der pú bli co	SEGMENTO	NOME		ENTIDADE
			MUNICIPIO	
ORD				
1.	ELEITOS PODER PÚBLICO	Devancyr A Romão	São Paulo	IEA
2.		Marco Aurélio Portella	Registro	Vereador
3.		Jalila Mostafé	Registro	DIR XVII – Registro
4.		Ricardo Cordeiro de Paula	Registro	Fundação Florestal
5.		Wagner Gomes Portilho	Registro	Fundação Florestal
6.		Maria do Socorro Fernandes	Jacupiranga	Casa da Agricultura/JUNTOS
7.		Valdemar Antonio Costa	Iporanga	Câmara
8.		Evaristo Antônio Reitz de Castro	Iporanga	Prefeitura/Turismo, Agricultura e Meio Ambiente
9.		Fátima Lisboa Collaço	Ilha Comprida	Prefeitura
10.		Valtency negrão da Silva	Iguape	IBAMA
11.		Antonio Carlos Ribeiro	Eldorado	Secretario Municipal de Saúde
12.		Jocemar Thomazino Mendonça	Cananéia	Instituto de Pesca
13.		Juliano Borges	Barra do Turvo	
14.	CONSAD PODER PÚBLICO	Raul Moreno Calazans	Registro	Câmara
15.		Manoel Kenji Chikaoka	Registro	Prefeitura
16.		Joelma Marinheiro	Pariquera-Açu	Prefeitura
17.		João Batista de Andrade	Jacupiranga	Prefeito Municipal
18.		Sidney Santana e Silva	Eldorado	ITESP
19.		Admilson Gonçalves Cruz	Barra do Turvo	Câmara



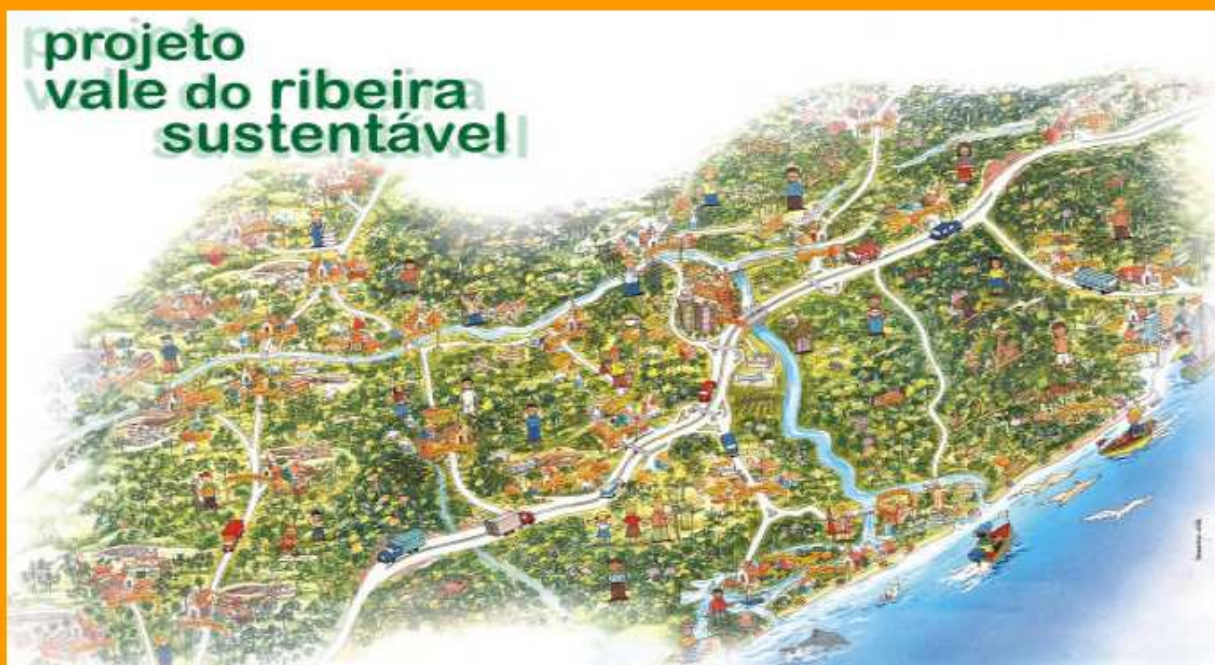
CONFERÊNCIA MICRORREGIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VALE DO RIBEIRA

Envolvendo os municípios de: Iguape, Ilha Comprida, Cananéia, Pariquera-Açú, Iporanga, Eldorado, Registro, Sete Barras, Jacupiranga, Cajati, Barra Turvo.

Local: Anfiteatro do KKKK - Registro

Data: 27 de julho

Horas: 9h às 18h



Itaperuçu, Bocaiúva do Sul, Rio Branco do Sul, Adrianópolis, Tunas do Paraná, Cerro Azul, Doutor Ulisses, Iguape, Ilha Comprida, Cananéia, Pariquera-Açú, Itapirapuã Paulista, Itaóca, Ribeira, Apiaí, Ribeirão Branco, Barra do Chapéu, Iporanga, Eldorado, Registro, Sete Barras, Jacupiranga, Cajati, Barra do Turvo, Pedro de Toledo, Itariri, Peruíbe, São Lourenço da Serra, Juititaba, Juiuá, Miracatu e Tapiraí.

EXECUÇÃO:

APOIO:

idesc

Instituto de
Desenvolvimento
Sustentável e Cidadania
do Vale do Ribeira



Meio Ambiente
Ministério do Meio Ambiente



Desenvolvimento Social
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Secretaria de
Desenvolvimento Territorial



**Ministério do
Desenvolvimento
Agrário**

Finalidade:

A **Conferência Microrregional de Desenvolvimento Sustentável** tem como objetivo definir os eixos estruturantes para o desenvolvimento da região do Vale do Ribeira, a partir do olhar dos municípios de Iguape, Ilha Comprida, Cananéia, Pariquera-Açú, Iporanga, Eldorado, Registro, Sete Barras, Jacupiranga, Cajati, Barra Turvo.

A Conferência Microrregional é preparatória para a Conferência Regional que acontecerá em Registro nos dias 15 e 16 de agosto.

A Conferência Microrregional e a Conferência Regional visam mobilizar a participação da sociedade civil e do poder público para formular as diretrizes, os programas de ação e apoiar os projetos em andamento já implantados no Território, ampliando a participação e a corresponsabilidade dos diversos segmentos da sociedade. São fóruns de pactuação de propostas para esse desenvolvimento, considerando-se a sustentabilidade social, econômica, ambiental e cultural da região.

O processo:

As Conferências Microrregionais e Regional são parte do Projeto "**Vale do Ribeira Sustentável**" que tem como propósito elaborar um **Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável para o Vale do Ribeira** (32 municípios do Vale do Ribeira Paraná e São Paulo). Se realiza após um processo amplo de debates desenvolvido por 12 meses, envolvendo mais de 150 instituições da sociedade civil e governança com o objetivo de construir as bases para uma proposta pactuada de desenvolvimento sustentável para o território.

CONFERÊNCIA MICRORREGIONAL

Vale do Ribeira

Iguape, Ilha Comprida, Cananéia, Pariquera-Açú, Iporanga, Eldorado, Registro, Sete Barras, Jacupiranga, Cajati, Barra Turvo.

Participantes:

Todo cidadão e cidadã pode se inscrever na Conferência Microrregional: jovens, agricultores familiares, setor empresarial, professores, religiosos, representantes de prefeituras, de câmaras municipais, de órgãos estaduais e federal, etc.

Não é necessário que a pessoa seja vinculada a uma organização para poder fazer parte da Conferência.

Data: 27 de julho de 2006

Local: Anfiteatro do KKKK

Horário: 9:00 h às 18 horas

PROGRAMAÇÃO:

9:00 h: abertura

10:00 h: mesa redonda

10:30 h: grupos temáticos

12:00 h: almoço

13:30 h: grupos temáticos:

16:00 h: plenária geral e eleição dos delegados

18:00 h: encerramento

informações:

IDESC

13 - 3822 1728

idesc@idesc.org.br

www.valedoribeirasustentavel.org.br

Fóruns de Pactuação:

CONSAD VALE DO RIBEIRA/SP
Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento local



**Fórum de Desenvolvimento
Territorial do Vale do
Ribeira/PR**

ENTIDADES PARCEIRAS E PARTICIPANTES DO PROJETO VALE DO RIBEIRA SUSTENTÁVEL:

AOPA - Associação de Agricultura Orgânica do Paraná
APENMA – Associação de Preservação de Espécies Nativas da Mata Atlântica
AGUA - Associação dos Amigos e Moradores do Guapiruvu -SP
APIVALE – Associação dos Apicultores do Vale do Ribeira-SP
Agência de Desenvolvimento da Mesorregião do Vale do Ribeira
ABRBS – Associação Brasileira de Resgate, Busca e Salvamento
AMAMEL – Associação de Monitores Ambientais de Eldorado
AMCA – Associação das Mulheres Cooperativadas de Apiaí
Associação Cidadania de Juquiá
Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Apiaí
Associação Vidas Verdes Monitores Ambientais
CAIXA Econômica Federal
CAJI - Círculo de Amigos da Juventude de Itariri
Câmara Municipal de Iporanga
Centro de Estudos Ecológicos GAIA Ambiental
CODIVAR – Consórcio de Intermunicipal de Desenvolvimento
Colônia de Pesca Z7 Iguape
Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape
COOPERERVAS
COOPERPEIXE -Cooperativa dos aquicultores do Vale do Ribeira - Juquiá-SP
CRESOL – Cooperativa de Crédito Rural com Integração
CUT – Central Única dos Trabalhadores do Vale do Ribeira
DESER – Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais
DIR XVII – Direção Regional de Saúde de Registro
Diretoria Regional de Ensino de Miracatu
EDR – Escritório Desenvolvimento Regional
ERPLAN – Escritório Regional de Planejamento
FAF – Federação da Agricultura Familiar
Fórum Estadual da Agenda 21 Paraná
IBAMA – APA Cananéia/Iguape/Peruíbe
Instituto Rama
JUNTOS/ Jacupiranga
Prefeitura Municipal de Adrianópolis
Prefeitura Municipal de Apiaí
Prefeitura Municipal de Barra do Turvo
Prefeitura Municipal de Cananéia
Prefeitura Municipal de Cerro Azul
Prefeitura Municipal de Dr. Ulysses
Prefeitura Municipal de Iguape
Prefeitura Municipal de Iporanga
Prefeitura Municipal de Jacupiranga
Prefeitura Municipal de Miracatu
Prefeitura Municipal de Pariqueira-Açú
Prefeitura Municipal de Registro
Prefeitura Municipal de São Lourenço da Serra
Prefeitura Municipal de Tunas do Paraná
Rede Cananéia
SCELISUL - Sociedade de Cultura e Educação do Litoral Sul
SEBRAE-SP -Vale do Ribeira
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cajati
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Eldorado
SINTRAF - Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar -Itaperuçu
SINTRAVALÉ – Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Vale do Ribeira e Litoral Sul
UNESP – Universidade Estadual Paulista- Unidade Diferenciada de Registro
União Latino Americana de Mulheres.

